

ARSÉNIO MOTA

BUSTOS
bibRIA

elementos para a sua história

Museu Paroquial

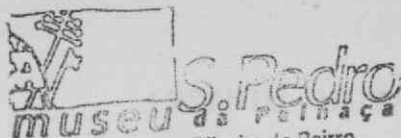


S. PEDRO
PALHAÇA

3770 O. do Bairro

bibRIA

bibRIA



Concelho de Oliveira do Bairro
Distrito de Aveiro
3770-355 Palhaça
Portugal

MUSEU PAROQUIAL S. PEDRO - PALHAÇA					
			13	K	
0	6	0	0	0	28

BUSTOS

Elementos para a sua história

Museu Paroquial



PALHAÇA

3770 O. do Bairro

bibRIA

DO AUTOR

Biografia Fantástica (crónica-ficção), 1960, esg.
Besouro na Floresta (contos), col. Saturno, 1962, esg.
Sol Para Todos (contos), Ed. Razão Actual, 1972, esg.
Burlescarias I (crónicas), Jornal do Fundão Ed., 1974.
Burlescarias II (crónicas), Ldv.ª Ler, 1975.

EM OBRAS COLECTIVAS:

Raul Brandão: Homenagem no seu Centenário, 1967.
No Centenário de Romain Rolland, 1967.
Hiroxima (antologia poética), 1967.
Quatro Histórias para Crianças, 1972.
Encuesta Mundial Sobre la Lengua y la Cultura
Gallegas, Madrid, 1974.
Francisco de Assis, 1982.

ANTOLOGIAS:

Perspectivas, Nova Realidade, 1967.
Perspectivas — 2, Nova Realidade, 1969.
Para Um Dossier da Oposição Democrática, 1969.
Para Um Dossier da Oposição Democrática — 2.ª série,
1970.

ALGUMAS TRADUÇÕES:

O Riso Vermelho, de L. Andreiev; Lazarilho de Tormes,
de anónimo; Ressurreição, de L. Tolstoi; Confesso Que
Vivi, de P. Neruda; A Convivencialidade, de Ivan
Illich; A Construção da Personagem, de C. Stanisla-
vski; História do Mundo (10 vols.), etc.

ARSÊNIO MOTA

BUSTOS

ELEMENTOS PARA A SUA HISTÓRIA

bibRIA

**EDIÇÃO DA
ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E CULTURA DE BUSTOS
1983**

Ficha Técnica

Título: Bustos—Elementos para
a sua história

Autor: Arsénio Mota

Capa: Manuel Filipe

Edição: Associação de Beneficên-
cia e Cultura
Bustos
3370 Oliveira do Bairro

Tiragem: 1 000 exemplares
(1.ª edição)
Outubro, 1983

Gráfica Firmeza
Rua da Boavista, 302
4000 Porto

LIMIAR

Vibrará mais, no nosso coração, a «pátria grande» que é Portugal do que a «pátria pequena» que é a aldeia onde nascemos?

Há quem pense que o sentido da pátria nacional resulta, em nós, da extrapolação (ou da «ampliação») da patriazinha natal, pois nos cabe melhor no coração o que é pequenino e mais familiar.

«*Verdadeiramente universal* — disse Gregório Marañón, a citar entre tantos outros autores concordes — *é o que há de tipicamente regionalista em cada país, tanto na sua vida íntima como face ao exterior*».

Bustos é a minha «pátria pequena» porque lá nasci (em 1930) e me tornei homem. Devia-lhe esta obrinha, projectada no ardor bairrista da primeira juventude, mas cuja execução adiei durante mais de trinta anos. Ei-la, por fim, trazida à luz pelos ferros da vontade.

Não se trata de uma obra de pura investigação (de resto tão necessária), sim de mera compilação de referências pacientes que fui colhendo e amontoando. Comecei ajudado por Manuel Francisco Domingues, «Moleiro», da

Póvoa, já falecido, e cabe aqui preitear a sua inteligência curiosa por estas matérias (e por assuntos de religião, embora tivesse sido ateu notório), que o levou a esbanjar largos dinheiros na aquisição de livros raros.

Graças ao esforço deste conterrâneo invulgar, pude compreender melhor o passado que nos gerou, recuperando para as novas gerações a respectiva memória, e compreender melhor, também, o povo secular que hoje somos.

Infelizmente, a pressa com que redigi estas páginas e as distâncias não permitiram confirmar certos dados, rever informações transcritas, cortejar originais. São, por isso, de recear deslizes ou omissões, lapsos ou inexactidões.

Que no-os perdoem os leitores benévolos, na esperança de que possam vir a ser emendados numa eventual reedição desta obrinha, caso outros não produzam trabalho melhor!

Porto, Set.º - Out.º, 1982.

PASSADO HISTÓRICO

O topónimo *Bustos* designa na actualidade uma das seis freguesias do concelho de Oliveira do Bairro, parte integrante da região da Bairrada. Mas não foi sempre assim. O significado do topónimo transformou-se no decurso dos tempos, acompanhando naturalmente as mutações históricas.

Primeiro designou uma simples povoação, de origem muito antiga mas, de qualquer modo, com idade indeterminável. Tal povoação persistiu e manteve-se ligada à freguesia de Mamarrosa durante um longo período. Por fim, em 1920, tornou-se o núcleo em torno do qual se organizou o conjunto de lugares da nova freguesia então criada, por desanexação, com o seu nome.

Se se quiser subordinar a exposição deste texto a uma ordem cronológica, teremos de começar pelo princípio, ou seja, teremos de remontar até ao ponto obscuro em que as indicações históricas «se perdem na noite dos tempos», conforme reza a fórmula consagrada.

Começaremos, nesse caso, por propiciar uma primeira surpresa a muitos leitores. Com

efeito, boa parte dos Bustuenses supõe que a sua terra é facto tão recente que nem chega a ter «história». De acordo com a ideia generalizada, Bustos teria surgido como povoação quando muito na segunda metade do século XIX.

Ora tal suposição é errónea. As origens desta povoação devem situar-se, no tempo, muito para lá do período da sua pertença à freguesia da Mamarrosa, porque terá tido existência anterior à formação da própria freguesia-mãe.

Peguemos neste assunto para o aprofundarmos um pouco.

Existe uma versão bastante admitida que «explica» o topónimo *Mamarrosa*, pretendendo que esta povoação pertenceu aos Celtas ou pré-Celtas; mais tarde, os Romanos viram ali montículos circulares de pedras em forma de mamas e concluíram que eram sepulturas de chefes do povo antecedente; passaram a designar aqueles monumentos funerários como mammoas e daí teria surgido o nome da terra. Neste sentido se pronuncia, por exemplo, o «Domingo Ilustrado», de Setembro de 1897, pp. 119-120.

A versão que vincula a etimologia do topónimo *Mamarrosa* à existência, ali, de mammoas megalíticas é bastante conhecida inclusive em Bustos, onde, por outro lado, impera uma ignorância crassa quanto à possível origem do nome desta última localidade.

Trata-se, porém, de uma questão suficientemente importante e curiosa para nos interessar, sendo capaz de fornecer a bastantes leitores a tal surpresa.

Bustos: etimologias contraditórias

Tenho conhecimento de certa versão pouco divulgada — o que resulta estranho — que faz derivar o topónimo *Bustos* do latim *Bustum*. Uma das raras referências recentes a tal versão encontra-se na «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», verbete *Busto*, singular de bustos. Aí, depois de se explicar que o termo designa a parte do corpo da cintura para cima, seja esculpida ou pintada, observa: «*Termo com origem incerta, talvez do latim bustum, queimado*».

Neste sentido se pronunciava o autor de um artigo publicado sem assinatura no jornal «República», em 1/8/1960, onde, por óbvio lapso, se indicava *Bustum* como grego.

Conviria esclarecer completamente este assunto, até porque o referido vocábulo latino significa, de facto, também isto: «lugar onde é queimado e sepultado um cadáver; fogueira; túmulo; sepultura; monumento fúnebre». E os Celtas costumavam incinerar os seus mortos...

Nesta base, teria provavelmente de concluir-se que o topónimo *Bustos* surgiria relacionado na sua origem etimológica com monumentos funerários megalíticos, tal como *Mamarrosa*, atestando a existência de um passado bem longínquo, possivelmente céltico, imerso na dita «noite dos tempos» e comum a ambas as povoações.

Evidentemente, quer no caso de Bustos quer no de Mamarrosa, a teoria da sua remota ocupação por Celtas ou pré-Celtas não surge confirmada por achados arqueológicos de que

haja notícia convincente. Porém, não custará admitir a ideia de que as sepulturas megalíticas que porventura algum dia ali se ergueram tenham há muito acabado por desaparecer. As muitas delas que no nosso país conseguiram perdurar até ao nosso tempo situam-se caracteristicamente em zonas que se conservaram fechadas e bastante ermas, isto é, pouco habitadas e desenvolvidas, mas sofrendo agora atentados constantes que se intensificam cada vez mais. E Bustos e Mamarrosa estarão longe de ser zonas ermas há um ror de séculos...

Mas a teoria de que Bustos deriva do latim *Bustum* não pode cativar demasiado porque não vale, por ora, mais do que uma simples hipótese.

Travando quaisquer assomos de proselitismo em tal matéria, Américo Costa, no seu «Dicionário Corográfico...» (1934) ajuntou ao verbete que dedica a *Bustos* uma chamada e, em nota de pé de página, lança um balde de água fria nos afoitos. Remetendo-nos para o que diz Sousa Viterbo — no seu «Elucidário...» — sobre a etimologia de *Busto*, Américo Costa transcreve o ilustre polígrafo.

Em suma, Viterbo atribui àquele termo um significado inteiramente diverso: curral de bois ou vacas; bosta; tapada ou bouça.

Vamos transcrevê-lo quase na íntegra, dado o interesse das suas explicações.

Apoiando-se num foral do «Livro dos Forais Velhos», o polígrafo escreve: «*Há muitos documentos, em Espanha, do século IX, que usam de busto neste sentido*». Cita um trecho do foral que D. Sancho I deu à Covilhã em 1186 e acrescenta: «*Na baixa latinidade, se*

disse bostar por curral e também bostarium, quasi stadio boum. E daqui se disse busto, no dito foral; e também se chama, ainda hoje, à imundícia dos bois e vacas, bosta, porque os seus currais e ameijoadas são o depósito ordinário de semelhante mercancia».

A seguir, Viterbo desenvolve o tema. Vamos segui-lo até ao fim, em risco de cansar o leitor.

«Nas Astúrias, Galiza e na provincia d'entre Douro e Minho, desde o VIII século até o XII, se tomou busto por tapada ou bouça. São inumeráveis os documentos que assim o persuadem, muitos dos quais se podem ver nos apêndices dos tomos XXXVII e XXXVIII da Espanha Sagrada. No [ano] de 905, fez el-rei D. Afonso, o Magno, uma doação amplíssima à sé de Oviedo, na qual se não esquece dos bustos; e na que fez ao mosteiro dos Santos Adrião e Natália, no de 891, nomeia um pasmoso número destes bustos, que não é de crer fossem outros tantos currais ou rebanhos de gado vacuum mas sim bouças, que são fazendas de monte, fechadas sobre si, e unicamente destinadas para criação de gados, estrumes e lenhas. E porque as manadas dos bois e vacas ali se encerram, se disseram bustos, pois faziam, e hoje mesmo fazem, o ofício de currais. Em uma doação de D. Vermundo III, de 1031, se diz: Cum totis suis bustariis, dando a bustarios o mesmo significado que a bustos. Em outros documentos daquela idade, se chama branea e braneas (que nós hoje dizemos brenhas) no mesmo sentido de busto mas depois foram substituídas pelas palavras prata e páscoa que, agora, naquelas terras, se dizem prados e panas-

cos mas, com alguma diferença, das bouças que, tendo ervagens, abundam igualmente de matas, sendo os panascos unicamente de ervas e não devendo estar sempre, como as bouças, fora dos povoados e nos montes».

Em que ficamos, postos em tal confusão?

Estas duas etimologias divergentes, que podem aplicar-se ou não a Bustos, figuram no «Grande Dicionário da Língua Portuguesa», de Moraes (10.^a edição), cuja consulta sempre aproveita. Propõe-se aí que *busto* deriva do latim *bustu* - e regista-se que o vocábulo pode ter três significados: 1, o corrente; 2, o de «curral de bois ou vacas, tapadas, bouças ou fazendas de gado e lenha»; e 3, o de «lugar onde os Romanos queimavam os cadáveres».

Ficamos a vogar num mar de perplexidade.

Viterbo tem todo o peso da erudição que se lhe reconhece mas, seja como for, não nos cabe decidir em tão erudita matéria.

Lembramos que entre os Argentinos, pelo menos, se tornou frequente o apelido de Bustos, certamente por influência castelhana, mas apenas levamos o nosso papel ao ponto de considerar que as atenções competentes deverão orientar-se para o estudo do nosso topónimo, porque nele se achará contido o derradeiro vestígio do passado.

Qual a etimologia exacta do nome desta terra bairradina? Evocará uma civilização céltica ou uma civilização posterior, pastoril ou agrária?

Urge elucidar exhaustivamente o assunto por mão de mestre, além do mais para se poder determinar também, em definitivo, qual a grafia certa para o adjectivo *Bustuenses*.

Com efeito, há quem escreva assim mesmo, com todas as letras, mas também há quem prefira grafar «Bustoenses» e «Bustenses». E quem lhes vai à mão? Dado que não se atina com a origem certa do topónimo *Bustos*, será difícil estabelecer lei segura na matéria...

As primeiras certezas

Entretanto, é no período dos alvares da nacionalidade que começam a dissipar-se as trevas do passado e a aparecerem as primeiras certezas.

Existe uma indicação de que, em 1192, o segundo rei de Portugal, D. Sancho I, doou Soza (orla marítima e seu termo) à instituição religiosa assistencial de Santa Maria de Rocamador, para premiar o auxílio que dos seus respectivos frades recebera na conquista de Silves aos Mouros. Aquela instituição fundou ali uma igreja e um importante hospício para peregrinos, pobres e doentes, impulsionando também o povoamento e o desbravamento do vasto território de que era donatária e que *«abrangia, além de Soza, as actuais freguesias da Mamarrosa, da Palhaça, de Bustos e de Ouça, que entretanto se foram desmembrando da matriz»*, vindo a decair no século XV. É o que, em resumo, escreve João Gonçalves Gaspar no artigo «Rocamador em Soza — Um apontamento histórico e uma bela imagem gótica», inserido no semanário «Litoral» (Aveiro), em 13/10/1978.

Talvez valha a pena recordar, a propósito, uma indicação de pormenor dada em 1095 pelo presbítero Rodrigo Honorigues segundo a qual o território de Soza (*Socia*) era então uma densa floresta povoada de feras e animais bravios.

Uma outra referência histórica, esta amiúde citada, alude de novo a Soza e aos frades de Rocamador. Em 1212, no reinado de D. Sancho II, a povoação de Bustos, junto com a de Mamarrosa, foi doada «*com todos os povos das suas cercanias*», a frei Hugo, prior-mor do mosteiro de Santa Maria. Tal doação foi confirmada, em 1260, por D. Afonso III.

Aquelas duas povoações tiveram condição de reguengas, ou seja, pertenceram ao rei e, desde o tempo medievo, até às revoluções liberais — exactamente até à data-limite de 6/11/1836 — a freguesia de Mamarrosa bateu o recorde da fragmentação administrativa. Transcreve-se do jornal «*Alma Popular*», de 3/5/1935, este trecho elucidativo de autoria de Joaquim da Silveira:

«*A freguesia (...) pertencia a quatro concelhos: — o de Soza (com o lugar de Malha-pãozinho, parte de Mamarrosa, onde ficava a igreja, e parte de Bustos, Caneira e Barreira); — o de Aveiro (com Azurveira e parte do Sobreiro); — o de Cantanhede (com o resto do lugar de Mamarrosa e do da Caneira); — e o de Soreis ou Sorães, couto da Ordem de Malta, dependente da comenda de Ansemil, sito na freguesia de Covão do Lobo (com parte de Bustos e Sobreiro, e quase todo o lugar da Barreira)*».

Uma reforma administrativa dos liberais acabou, entre 1834 e 1836, com tal fragmentação, extinguindo muitos dos concelhos minúsculos que havia no país. Entretanto, a povoação de Bustos pertenceu aos concelhos de Aveiro e de Soza até 1836, passando nesta data para o concelho de Mira, até 1895. Nos três anos imediatos esteve integrada no concelho de Anadia e, em 1898, ficou por fim a pertencer ao concelho de Oliveira do Bairro (criado em 1836), no qual ainda hoje se mantem.

Celeiro demolido deixou «vazio»

Os liberais acabaram também por extinguir a actividade de uma célebre relíquia de Bustos: o celeiro municipal, tornado obsoleto após a queda do rei absoluto D. Miguel, em 1832, e a consequente abolição dos feudos.

Naquele celeiro, um almoxarife (cobrador de impostos pertencente à casa real) recebia dos agricultores locais e de grande número de povoados circunvizinhos dízimos e contribuições à ordem de uma suserania de sistema feudal.

Era uma construção muito antiga, decerto a mais idosa da localidade e redondeza. Compunha-se de rés-do-chão (celeiro) e primeiro andar (residência), erguendo-se defronte de um terreiro onde costumavam deter-se os carros que transportavam os cereais destinados à entrega. Localizava-se ao lado da antiga capela de Bustos, num terreno hoje vago, portanto

em pleno centro da povoação, com a frontaria virada para a rua do Cabeço.

O celeiro erguia-se ali há muitos anos quando, em 1739, foi reconstruída (ou construída?) a capela para que os crentes da povoação não mais precisassem de frequentar a igreja paroquial, percorrendo o penoso atalho Póvoa-Mamarrosa, que ficou conhecido pelo «caminho da igreja».

Portanto, terá atingido a idade de dois séculos, pelo menos, pois perdurou até 1914, altura em que, em regime republicano e já como propriedade particular, o celeiro foi demolido para dar espaço à construção da torre sineira e ao adro da capela de Bustos, obra tornada necessária pela iminente separação da freguesia-mãe.

Parece não haver dúvidas de que a construção, naquele lugar, do celeiro, no início do século XVIII, ou — hipótese bem provável — sensivelmente antes, revela que Bustos atingira já, como povoação, um lugar de destaque que lhe permitia rivalizar com as restantes da sua área. (O celeiro similar mais próximo localizava-se em Oliveira do Bairro, no sítio onde se ergueu o edifício dos Paços do Concelho). E não será descabido imaginar que essa mesma área já se encontrava, à época, bastante povoada. As fainas agrícolas requeriam abundante mão-de-obra.

Como curiosidade final deste capítulo, quero falar da existência de uma fotografia do celeiro demolido em 1914. Suponho que é exemplar raríssimo ou único e foi feita sem dúvida em Agosto de 1904. Trata-se de um bilhete postal enviado, com selo de dez reis,

pelo correio, a «monsieur» António Duarte Sereno, abastado capitalista e futuro visconde de Bustos.

Uma legenda a lápis (que decidi agora apagar), redigida certamente pela mão do destinatário sobre a foto, rezava: «*Bustos antigo celeiro*».

A imagem atrai o olhar: num palanque engalanado a banda tocava; mastros e bandeiras em festa; canastras de vendedeiras pelo chão; outras mulheres de largas saias até aos tornoselos; vários homens de chapéus na cabeça e só um de aspecto burguês. A data é clara: 27/8/1904.

A fotografia, autêntica relíquia, foi «recuperada» pelo autor destas linhas, juntamente com outras fotografias e papéis de valor, no meio do lixo que, certa tarde, pejava o chão do palacete abandonado e esvaziado pelos herdeiros do visconde.

Assim vai o património histórico na freguesia de Bustos — e em todo o país!

bibRIA

PASSOS DO DESENVOLVIMENTO

Nos primeiros anos do nosso século, a povoação de Bustos, integrada na freguesia da Mamarrosa, atingira um desenvolvimento apreciável que, além do mais, exprimia o dinamismo profundo da sua população.

Vale a pena reter o facto de que, em 1900, contava 2 091 habitantes (e veja-se: oitenta anos mais tarde, em 1981, tinha aproximadamente outros tantos: 2 072!), os quais viviam em 534 fogos. Entretanto, na segunda metade do século passado, em 1864, já contava 1 985 habitantes, nada menos.

Assim se justificou, em 1884, a construção de cemitério em Bustos, o qual foi considerado como um dos melhores do concelho em atenção à sua monumentalidade.

Outros factos que vale a pena reter indicam também que o desenvolvimento atingido pela povoação no início deste século já vinha de longe, mergulhando evidente raízes no século passado. Certos indícios sugerem que as revoluções liberais encontraram nas suas gentes ardorosos defensores, num fenómeno que

viria a ressurgir aquando da implantação da República e cuja leitura deve ter em conta os variados contextos.

Bustos foi dotada com duas grandes estradas nacionais (em macadame, naturalmente), após o advento do liberalismo. Uma dessas importantes vias oitocentistas ligou Aveiro a Cantanhede e a outra ligou Aveiro a Anadia (por Vagos), ambas servindo a nossa povoação.

Ainda no domínio das ligações rodoviárias, merece referência a estrada municipal construída em 1895, entre Bustos e Oliveira do Bairro, localidade esta que só três anos mais tarde tornaria a ser vila-sede do respectivo concelho.

Esta outra obra, com dez quilómetros de extensão, ficou a dever-se a António Francisco Pedreiras, de Bustos, que se afirmou como um notável impulsionador de obras camarárias, existindo, por outro lado, testemunhos de bustuenses dos mais idosos que o apontam como tendo sido «o último cobrador de impostos que trabalhou no celeiro».

O ano de 1895, acima indicado, merece um pouco mais de atenção porque foi naquela data, ou seja, aquando da construção da estrada Bustos-Oliveira do Bairro, que (segundo informação obtida) a povoação perdeu por fim uma fisionomia «árabe» que ainda ostentava o plano sinuoso das suas velhas ruas.

No começo da época contemporânea, o povo bustuense sentia-se tolhido num «espaço» administrativo que já parecia incapaz de servir à expansão das suas energias criadoras. O

regime republicano, recentemente proclamado em Lisboa, acendeu entusiasmos e soprou aspirações.

A povoação quis ser freguesia.

Desanexação de Mamarrosa

Logo a seguir ao termo da Primeira Grande Guerra (1918), o povo de Bustos propôs e pediu a desanexação da freguesia-mãe — distante cerca de três quilómetros — com a impaciência de quem tinha esperado demais.

O assunto protelou-se e, em 1919, ainda o povo do lugar insistia na sua reivindicação, erguendo a voz para que se ouvisse no Terreiro do Paço. Foi só no dia 18 de Fevereiro do ano seguinte que pôde cantar vitória. Nesta data — que passou a ser festejada como o «dia» de Bustos — o decreto 942 criou finalmente a nova freguesia, desanexando de Mamarrosa todas as povoações que a constituíram.

À freguesia de Bustos ficaram a pertencer, por força daquele decreto, as povoações de Azurveira, Barreira, Bustos, Cabeço, Coladas, Picada, Porto do Vouga, Póvoa, Quinta Nova e Sobreiro.

Note-se que a povoação de Porto do Vouga, acima citada, tal como as de Barroco e Pedreiras, existentes na mesma época, extinguíram-se entretanto, pelo que a freguesia se encontra constituída, exactamente, pelas nove povoações restantes.

A alegria popular foi enorme e sincera. Deixou memória. Desde logo, para assinalar a efeméride, a via central da localidade passou a designar-se Rua 18 de Fevereiro. E teve «heróis»: Jacinto Simões dos Louros (que em 1960 ficou com o seu nome perpetuado na rua Bustos-Sobreiro), dr. Manuel dos Santos Pato e outros paladinos da «independência» e do progresso.

A primeira rua da toponímia local — entre a curva que precede o cemitério, até à bifurcação que conduz à Póvoa — assinalava um «eixo» urbanístico importante, que se prolongava desde a Barreira e a Azurveira até à Quinta Nova. Foi em torno desta linha que a povoação inicial cresceu, até que, já em tempos posteriores, mais recentes, começaram a avultar prolongamentos adicionais como as povoações de Sobreiro ou Cabeço, que esbateram a nitidez anterior daquele «eixo» urbanístico numa mancha mais disseminada.

A criação da paróquia de Bustos demorou mais uns cinco anos, decerto por influência, até certo ponto, da propaganda anticlerical e política que agitava os ambientes da época, inclusivamente os rurais. Acabou por ser decretada em 7 de Março de 1925.

O orago que ficou a presidir aos destinos da localidade foi S. Lourenço, cuja romaria se realiza nos dias 10 de Agosto de cada ano, e a paróquia ficou adstrita à diocese de Coimbra (e actualmente à de Aveiro).

Saliente-se, a propósito, a existência no lugar do Sobreiro de uma capelinha consagrada a S. João; é centro de festejos anuais muito animados e cheios de tradicionalismo.

Em 1920, ano da «independência», a freguesia contava 1 786 habitantes — portanto menos do que em 1864 e 1900, anos assinalados respectivamente com 1 895 e 2 091 habitantes, conforme dissemos.

Além da actividade agrícola, predominante, florescia o comércio e alguma indústria incipiente: serração, moagem, fabrico de aguardente, fornos de cal, etc.

Em breve a freguesia ficou dotada com posto de registo civil, sendo também sede de juiz de paz. O «Dicionário Corográfico» de Américo Costa, editado em 1934, já indica a existência, ali, de farmácia e automóveis de aluguer.

Enfim, patamares sucessivos se foram abrindo ao desenvolvimento da localidade, graças à capacidade de iniciativa e de trabalho das suas gentes, num processo lento mas seguro, irreversível. Decorridas algumas décadas, ouviu-se proclamar que Bustos ofuscava a própria vila-sede de concelho, perdida num estranho marasmo.

Em seguida vamos acompanhar cada passo marcante deste processo do desenvolvimento que se registou na localidade até aos nossos dias, em pequenas notas destacadas, ao modo de mosaicos para integrar num painel global. Temos a ideia de que as linhas de força e as conexões de cada etapa com o processo todo ficam, na exposição, suficientemente à vista.

Anos trinta: uma «explosão»

Em 1930, a população bustuense baixara para o seu nível quantitativo mais baixo conhecido. Apenas 1 625 pessoas viviam ali em 272 fogos, segundo a única fonte estatística disponível (o total dos alojamentos parece, no entanto, singularmente escasso: cerca de seis pessoas por fogo, em média!). Mas foi durante aquele mesmo decénio que a freguesia viu irromper, numa espécie de *bouquet* extraordinário, quase como num «explosão», a notável quantidade de iniciativas concretizadas.

Nos anos 30, Bustos viu-se beneficiada com a construção da sua primeira escola pública, a feira bimensal, o cinema e outros melhoramentos, enquanto era sede da redacção de um jornal regional (a publicar-se desde 1918), dispunha de estação telégrafo-postal (desde 1928) e ali se fundava a União Liberal de Bustos.

A cada uma destas iniciativas dedicaremos a seguir notas separadas, podendo aqui apontar, para já o alcance que teve o início da electrificação da freguesia e, também a iniciativa da Junta Autónoma das Estradas, de pavimentar com paralelepípedos, também nos anos 30, a estrada n.º 335, Aveiro-Cantanhede, com passagem por Vagos e Bustos.

Cerca de dez anos mais tarde, foi a vez da estrada n.º 335, Aveiro-Cantanhede, com passagem por Sobreiro e Mamarrosa, beneficiar de semelhante melhoria, tão duradoura que ainda hoje se mantem.

O facto permitiu a introdução imediata de carreiras regulares de camionagem entre

Aveiro, Coimbra e Cantanhede. Outro tanto aconteceu logo que, em ano mais recente, foi asfaltada a estrada municipal Bustos-Oliveira do Bairro, permitindo ligações com os comboios que serviam a estação ferroviária da vila.

Nos anos 30 eram bastante escassos os automóveis privados que circulavam pelas estradas da zona. Por isso causou sensação o «Ford» de Manuel Nunes Pardal, que o rapazio, excitado, admirava onde quer que parasse... A gasolina vendia-se ainda em latas de galão porque faltavam os postos abastecedores, vulgo bombas. Cada viagem era uma aventura imprevisível face ao risco de avarias mecânicas e ao estado deplorável das vias...

Num opúsculo que em 1956 publicou (e que de novo citaremos mais adiante), Manuel Joaquim d'Oliveira Sérgio, comerciante e proprietário, evoca o estado calamitoso em que se encontravam as estradas de Bustos e sua região, nos anos vinte e trinta. Conta que, em 1927, a estrada de Bustos (Rua 18 de Fevereiro) era um verdadeiro lamaçal, *«como todas as daquele tempo»*. E recorda: *«só passando por Águeda, se podia no Inverno ir a Aveiro»* — percorrendo o dobro da distância!

Tais dificuldades rodoviárias explicam o hábito de os veraneantes que faziam praia na Costa Nova enviarem as balhanas num carro de bois até à ponte de Fareja, às portas da vila de Vagos, donde seguiam por barco (moli-ceiro) até ao destino.

Por outro lado, a natureza suave da orografia regional motivou a adopção massiva da bicicleta como meio de transporte. Principalmente nos anos 40 e 50, a bicicleta a pedal

tornou-se dominante, até que entrou em declínio, nos anos 60, com a «invasão» das bicicletas a motor e, por fim, dos automóveis.

«Querida estação» dos CTT!

Uma simples caixa postal, criada em 1886, não podia servir bem a população da freguesia de Bustos no início dos anos 20. A expansão das actividades comerciais, industriais, culturais e sociais em geral exigia com urgência uma estação telégrafo-postal na localidade.

Foi no termo de Maio de 1927 que a Junta de Freguesia local, presidida por Manuel Francisco Rei, viu criado pelo Governo, a seu pedido, aquele serviço público, que só em 14 de Outubro seguinte viria a ficar instalado numa casa particular. Era, apenas, o começo de uma pequena «odisseia», que Manuel Joaquim d'Oliveira Sérgio recorda, com pinceladas de cores vivas, no opúsculo «Há males que vêm por bem — Como foi criada a Estação Telégrafo-Postal em Bustos», publicado em 1956.

Um grupo de meia dúzia de bairristas teve logo que angariar nas próprias algibeiras a quantia de 5 700\$00 para custear a aparelhagem necessária à estação. Naquela altura, quando a franquia de uma carta importava em dez centavos (ou ainda menos?), 5 700\$00 era bastante dinheiro. Mas, em 1930, foi preciso ir além disso e comprar também o terreno próprio para construir o edifício da estação, o qual custou 9 000\$00 e foi pago pelo mesmo

grupo, e outros elementos da população. Por outro lado, este grupo responsabilizava-se pelo pagamento do aluguer anual (200\$00) das instalações provisórias e teve de pagar 13\$40, por cabeça, pela escritura de doação do terreno ao Estado...

Assim, com o progresso arrancado «a ferros», merece homenagem esse grupo de bustuenses animosos, parte dos quais eram comerciantes: Manuel Nunes Pardal, Herculano da Silva, Albano Tavares da Silva, Manuel Francisco Domingues, dr. Manuel dos Santos Pato, Manuel Reis Pedreiras, Vitorino Reis Pedreiras e Manuel Joaquim d'Oliveira Sérgio. A lista não é exaustiva e a ordem dos nomes é arbitrária.

A estação télégrafo-postal começou a funcionar apenas em 1 de Janeiro de 1928. A Junta de Freguesia pagou a condução das duas malas do correio desde 10 de Junho de 1929 até 19 de Fevereiro de 1932. A partir desta data, tal encargo ficou reduzido a metade. A despesa da condução das malas postais passou integralmente a ser suportado pelos Correios em 16 de Janeiro de 1940 e só em 1 de Agosto de 1946 a estação começou a beneficiar de distribuição oficial de correspondência (carteiro, para Bustos e Mamarrosa).

Em 15 de Fevereiro de 1950, as malas postais deixaram de circular por via ferroviária, passando a ser conduzidas pela carreira de camionagem Coimbra-Aveiro. A seguir veio um edifício novo e a instalação da central telefónica automática, inaugurando melhores tempos...

Enfim, foi longa a luta que fez nascer e manter a estação local dos Correios. Deixou uma estrada de sacrifícios. Por isso se justificou bem toda a música e foguetes, toda a alegria e tristeza que rodearam, no dia inaugural, a *«querida Estação»*.

Rematando com Manuel Joaquim d'Oliveira Sérgio, diremos, transcrevendo o seu opúsculo:

«Como vêem, os que naquele tempo ainda não existiam ou eram crianças, e é a estes que me propus dar este esclarecimento, o letreiro que encimava a fachada do edifício dos Correios não representava a expressão da verdade, pois que, a fazer-se um letreiro, deveriam incluir-se nele os nomes de todos aqueles que, pela obra, se sacrificaram».

«Brasileiro» aposta no Cinema

Coube a Manuel Ferreira da Silva, de Quinta Nova, que se fixara no Brasil e onde fizera fortuna, a honra de introduzir o Cinema em Bustos. A sua aposta máxima teve o nome de Centro Recreativo de Instrução e Beneficência, fundado em 1936.

Foi um sonho, temerário, sim, mas coroado pelo melhor êxito, graças à visão rasgada, ao saber pioneiro e ao dinamismo de que deu amplas provas.

Manuel Ferreira da Silva criou no povo bustuenses e dos arredores, desde os «anos heróicos» iniciais, o gosto pelo Cinema, levando-o a frequentar semanalmente aquela casa de espetáculos. Lançou inclusive um sistema muito

simples e aliciante, porque era económico, de «assinatura mensal», espécie de cineclube *avant la lettre* — algo de espantoso numa localidade rural e naquela época.

Bustos orgulhou-se, nos anos 30 e 40, e mesmo depois, quando tantas cidades de província ainda não podiam dispor de sala com cinema sonoro, de ser uma simples aldeia e possuir — mais: merecer! — a sua excelente casa de espectáculos.

No seu palco se representou, nomeadamente, a revista à Parque Mayer «Bustos em Cuecas», que deixou fama a perdurar muitos anos, e se realizaram assíduos bailes e outros actos públicos.

Em 4 de Setembro de 1977 reabriu após um interregno para obras de beneficiação, que de novo a colocaram na vanguarda das casas do seu género. Mudou então de nome, passando a designar-se Bustos Sonoro Cine e a exhibir por norma três filmes por semana, com *matinée* ao domingo e baile à noite.

Voltando ao espectáculo que os bustuenses realizaram brilhantemente, anota-se que os respectivos ensaios se alongaram de 1934 até 1937, ano em que «Bustos em Cuecas» subiu ao palco. O ensaiador (director) era David Pessoa, alfaiate e depois comerciante e emigrante; o director musical era Emitério Fernandes, da Palhaça; o *compère*, Manuel Sérgio. Mas o elenco incluía ao todo dez homens e nove mulheres em cena. O espectáculo foi apresentado nove vezes, sempre com lotações esgotadas e grande êxito. Ditos em palco ficaram gravados na memória colectiva e passaram a fazer parte do refraneiro local.

Liberais criam associação

Teve também origem e existência em Bustos, desde 1 de Janeiro de 1932, uma associação criada pelos liberais da terra com a finalidade de *«organizar e acompanhar enterros civis e mais actos de interesses colectivo, mas puramente liberais e civis»*.

Designou-se como União Liberal de Bustos e os respectivos estatutos, impressos em 1933 na Tipografia Popular, em Oliveira do Bairro, incluíam, logo no artigo primeiro, o preceito essencial daquela sociedade que acima reproduzimos.

A associação tomava à sua conta a despesa dos funerais dos sócios extremamente pobres e, sempre que pudesse e fosse preciso, auxiliava *«com livros e outros objectos as crianças pobres da escola laica»*.

Podiam pertencer-lhe sócios maiores e menores, do sexo masculino e feminino, sendo a Direcção composta por três membros — presidente, secretário e tesoureiro — a eleger anualmente. Os sócios usavam um braçal distintivo com as cores e iniciais da bandeira associativa e os encargos da associação eram divididos por todos eles em partes iguais, excepto despesas resultantes de beneficência, em que os sócios pobres eram excluídos.

A primeira Direcção foi constituída por Manuel Francisco Rei, Manuel Reis Pedreiras e Manuel da Costa Morgado.

No último capítulo (*«Disposições gerais»*), os estatutos preceituavam claramente, como outros objectivos essenciais da União Liberal de Bustos:

«Fazer propaganda do livre-pensamento, mostrar o egoísmo e a hipocrisia do clero, o que este pretende e tem sido através dos tempos. / Afirmar e explicar sempre que só a emancipação dos povos pode fazer a humanidade feliz. / Que Cristo pregou a Liberdade, Igualdade e Fraternidade, e o clero pretende estrangulá-las. / Que Deus não admite intermediários nem exploradores do povo em seu nome, etc., etc. / que a moral é a nossa religião, o trabalho e a escola o nosso guia, o povo livre e instruído a nossa esperança, a verdade triunfante, as seitas burlonas desaparecidas, a nossa fé e o nosso futuro».

Esta associação, tão curiosa e hoje digna de estudo no contexto do seu tempo e do seu lugar (para nela detectar possíveis influências e persistências da filosofia das luzes, do racionalismo ateu, do pensamento maçónico, das tradições associativas, por exemplo), viu-se dissolvida cerca de 25 anos depois, por volta de 1958. O facto surgiu como consequência natural da prisão, pela PIDE (Coimbra), de Manuel Reis Pedreiras, do Cabeço, secretário da sua primeira Direcção, e outros liberais. A associação já mostrava, à época, escassos sinais de vida mas, na sequência da acção policial, aquele dirigente veio a morrer e a União Liberal de Bustos extinguiu-se.

António Henriques Vidal, então padre da paróquia, confessou espontaneamente, em 1959, ao redactor destas linhas, que fora ele quem denunciara a existência da associação «clandestina», alegando desconhecer as tradições liberais e laicas do povo da terra, bem como o estrito âmbito assistencial daquela união.

Jornais não faltaram

Neste ponto, talvez o forasteiro aceite, com surpresa mas sem incredulidade, o facto de Bustos ter conhecido, através de elementos da sua população, várias publicações periódicas. Nem sempre tiveram o usual carácter regionalista e algumas dessas publicações funcionaram com redacção instalada na própria terra dos seus animadores.

O primeiro jornal que, na ordem cronológica, aparece com redacção localizada em Bustos foi o «Farol da Liberdade». Esta publicação «republicana e regionalista» pertenceu a Augusto Simões da Costa, de Quinta Nova, e saiu durante os anos de 1916 e 1917.

O jornal que se lhe seguiu, também com redacção localizada em Bustos, teve duração bastante mais prolongada. Trata-se da «Alma Popular», publicação igualmente de carácter republicano e regionalista, que perdurou desde 5 de Outubro de 1918 (o 8.º aniversário da implantação da República) até 6 de Julho de 1941 — quase 23 anos. A partir de certa altura, o dr. Manuel dos Santos Pato e Tiago Ribeiro foram seus responsáveis.

Não será descabido admitir que o desaparecimento da «Alma Popular» se tenha devido, acima de tudo, às dificuldades postas pelo regime político da época e pela sua Censura prévia à Imprensa, em especial a republicana e democrática.

Já a «Esperança», revista «literária e científica» que o padre Agostinho Pires publicou também em Bustos, veio a suspender a sua

publicação por outros motivos. Esta revista — espantosa para o lugar e a época! — fez sair apenas quatro números em 1925/26, respectivamente em Abril, Maio e Agosto (1925) e Fevereiro (1926).

Entretanto, o regime ditatorial impediu, em 1959/60, a edição de um semanário designado como «A Folha», que o autor da presente obra ousou pretender ver autorizada por quem de direito... Teria redacção em Bustos mas não passou de projecto.

Já em tempos diversos, mais recentes — pós 25 de Abril — apareceu o «Bairrada Livre». Este quinzenário «democrático, defensor da região», teve o dr. Manuel dos Santos Pato e Hilário Costa como seus responsáveis. Publicou 24 números, de 12 de Julho de 1974 até 6 de Julho de 1975.

Por outras palavras: jornais não faltaram em Bustos durante anos, mesmo nos piores tempos. Actualmente, porém, a freguesia não conta com nenhuma publicação nela sediada. Faltam até simples correspondentes de Imprensa. Será caso para encarar sem admiração?

Um «sim» à instrução!

As peculiaridades do povo bustuense, parecendo inesgotáveis, abrangem o campo da instrução. Cedo na terra apareceu gente interessada em fomentar o ensino, como professores ou alunos.

Em 1875, quando estava ainda longe o ensino oficial obrigatório e gratuito, foi criada na Quinta Nova a primeira escola primária — particular, já se vê. A iniciativa visava também uma área periférica: a freguesia de Mamarrosa e parte das freguesias de Troviscal e Covões. Deveu-se a Augusto Simões da Costa, pessoa que mais tarde apareceria ligada ao jornal «Farol da Liberdade».

Em data posterior (primeiros anos da República?), funcionou na Barreira uma outra escola, igualmente particular e de instrução primária. Ao que parece, foi seu mentor o padre Agostinho Pires.

O primeiro edifício do ensino oficial (instrução primária) apareceu em Bustos só em 1934, incluído no plano do Centenário.

Em 1960, a freguesia dispunha de duas escolas (salas de aula), uma das quais para o sexo masculino, com três professores, e a outra para o sexo feminino, com duas professoras. Funcionava uma outra escola em casa particular, com uma regente escolar.

No ano seguinte (1961), começou a funcionar na Quinta Nova um segundo edifício de ensino primário oficial, com várias salas de aula.

As necessidades de ensino da população a nível secundário e a falta de resposta da parte governamental abriram espaço à iniciativa particular. Assim, entrou em funcionamento, no início do ano lectivo de 1961/62, um colégio privado sito no Sobreiro. Designado como Externato de Gil Vicente, abriu com cerca de 30 educandos.

Há cerca de uma dezena de anos, o colégio

passou a pertencer à obra social de frei Gil e, após a morte deste, ficou a depender da diocese de Coimbra. Mantem hoje o designativo que então tomou: Instituto de Promoção Social da Bairrada (IPSB).

Ali se ministra ensino do programa oficial, do 7.º ao 12.º ano de escolaridade. No ano lectivo de 1981/82, portanto vinte anos decorridos sobre a data inicial, o instituto foi frequentado por cerca de 350 alunos.

Feira lançou raízes

Outra das iniciativas que remontam aos «heróicos» anos 30 e que lançou boas raízes foi, precisamente, a feira de Bustos.

Aquele espaço comercial foi criado oficialmente em 9 de Agosto de 1936 e a primeira feira realizou-se a seguir, no dia 19 de Outubro, no terreno Sobreiro onde hoje continua a funcionar.

Há notícia de que, anteriormente, existiu na terra uma denominada «feira da Vermelha», pelo que esta surge como uma sua continuação.

A feira de Bustos, bimensal (nos dias 9 e 22 de cada mês) em breve mostrou ter grande importância como factor económico-comercial dentro da região. A projecção que atingiu tornou-se um facto indesmentível.

No seu respectivo terreno, pertencente ao herdeiro do dr. Manuel dos Sanos Pato, da Barreira, localizou-se de início o campo de futebol da freguesia. Com a expansão da feira,

tornou-se necessária a transferência do rectângulo desportivo para outro local, aliás pertencente ao mesmo proprietário e também situado no Sobreiro. Ali, no novo local, funciona hoje o campo de jogos e a própria sede da União Desportiva de Bustos.

Durante muitos anos, a receita regular da Junta de Freguesia local limitou-se praticamente ao rendimento obtido na feira.

Atente-se no pormenor, para realçar que foi só em 1950 que aquela Junta reuniu recursos bastantes para construir — à entrada do recinto da feira, por sinal — a sua sede, ou «sala de sessões».

Visconde de Bustos

Com este título nobiliárquico se distinguiu o abastado capitalista e comerciante António Duarte Sereno.

Foi-lhe concedido em 9 de Julho de 1908, por D. Manuel II, em sua vida, tendo sido o primeiro e único titular.

O visconde de Bustos tornou-se um político influente na localidade e no concelho mas a sua acção, tida como reaccionária, chegou a ser contestada. No caso da criação da estação dos Correios, o visconde foi acusado de prejudicar os interesses locais e de se comportar como «cacique», nomeadamente por Manuel Joaquim d'Oliveira Sérgio, que não lhe poupou críticas no opúsculo a que já aludimos.

O seu palacete, construído no centro da localidade para aquela mesma data (Julho de 1908), foi erigido no local onde antes existiu um seu estabelecimento comercial, na esquina defronte da capela e do celeiro desaparecidos. Segundo certas indicações, esse estabelecimento seria o «Bazar Universal», do comerciante e pai do futuro visconde, que uma arcaica foto, encontrada no palacete, mostra. Demolido nos anos iniciais do século XX, teria dado lugar à nova construção, possivelmente «inaugurada» no dia 27/8/1904, da já aludida festa no velho celeiro. Entretanto, um anexo do palacete, também pertencente ao visconde, continuou a albergar actividades comerciais, exploradas por outrem.

Tal palacete e o anexo foram adquiridos em 1978 aos respectivos herdeiros, pela quantia de oito mil contos, formalmente pela Associação de Beneficência e Cultural (ABC) de Bustos, para todo o povo da freguesia, que para isso se cotizou.

Cultura de sons

Uma das actividades a que também se consagraram nessa época os habitantes da localidade — agricultores, principalmente, como já vimos — foi a cultura dos sons.

A propensão de numerosos bustuenses para a música tem corrido bastante despercebida, mas remonta igualmente à «gloriosa» década dos anos 30.

O primeiro agrupamento surgiu em 1933 (ou 1934?) e durou uns tantos meses, apenas. Foi uma tuna, com cerca de sete elementos, organizada ao que parece com o fito inicial de intervir em cerimónia de Natal. Conhece-se uma fotografia da tuna, que a exhibe, empunhando instrumentos, diante dos «palheiros» da Costa Nova. Eis nomes apurados dos seus integrantes: Abílio Bessa, Manuel Aires, Fernando e Américo Correia, Mário e Manuel Ferreira (Lindinho) e Emitério Fernandes.

Após o desaparecimento da tuna, formou-se a seguir (no ano seguinte?) a orquestra «Rádio Jazz». Participaram nela Alberto Ralhão, Adelino Canão, António dos Reis, Mário Miranda, João e Manuel Pedro e José Valério. Este último elemento, sapateiro de profissão, apareceria mais tarde ligado a outros agrupamentos, nomeadamente ao conjunto «Floresta Jazz», criado em 1937, nisso seguindo o exemplo de outros músicos.

Antes do «Floresta Jazz» nasceu o «Galito Jazz», que se manteve de 1935 até 1941, com a participação de Manuel Micaelo Júnior, Jonine Aires, David Correia, Manuel Rato, Manuel Grangeia, Arnaldo Barreiro, Manuel Pinto e Olegário Silva (da Caneira).

Em suma, pode-se falar de uma certa tradição musical em Bustos desde os anos 30. Teve o vigor bastante para garantir a presença de uma orquestra bustuense no acto da inauguração do Centro Recreativo de Instrução e Beneficência, em 1936, e no ano seguinte musicar os espectáculos do «Bustos em Cuecas».

Em 1942 constituiu-se a «Orquestra Aliança», com sete elementos, em parte provenientes

tes de conjuntos anteriores desfeitos. Teve como objectivo tocar em festas da iniciativa do Futebol Clube de Bustos, pois nascera na sua órbita.

O conjunto «Manuel Miranda», formado pelo próprio Manuel, com Jaime Miranda e outros elementos de freguesias vizinhas, durou de 1968 a 1977.

Finalmente, o conjunto que hoje subsiste é o «Amadeu Mota». Formado pelo músico do mesmo nome (que também passou por conjuntos anteriores), existe desde 1968. Começou com quatro elementos, nem todos da freguesia e fez duas digressões por França, em 1976 e 1979, cada uma com a duração de cerca de um mês.

Eis o canteiro da «cultura de sons» que discretamente perdura há meio século entre os Bustuenses.

Vinte anos de acalmia

Depois do ímpeto com que foram dados os passos do desenvolvimento que acabamos de referir, entrando pelos anos 30, a população bustuense viveu como que um período de «acalmia» relativa que parece ter durado uns bons vinte anos.

De facto, poucas e modestas foram as iniciativas que surgiram em seguida, nos anos 40 e 50. Dir-se-ia que os Bustuenses decidiram virar-se durante aquelas duas décadas para o trabalho e a produção, numa atitude de quem,

depois de dotar a sua casa com os dispositivos mínimos indispensáveis, se ocupa em tirar daquilo que já possui o melhor partido. Contudo, também poderá pensar-se que estavam a desaparecer os bairristas de gema, homens de acção capazes de lutar pelo progresso geral da terra sem deixarem de lutar pelos seus interesses privados (até porque sabiam fundir e confundir tudo isso!) e que as novas gerações, talvez menos generosas naquele sentido, começavam a desinteressar-se das causas colectivas.

Seja como for, a verdade é que os anos 40 e 50 foram assinalados, na freguesia de Bustos, pela electrificação de todos os lugares, pelo aparecimento de iluminação pública nas ruas mais concorridas e pela introdução de novas indústrias: serralharia, fundição metálgica, cerâmica do barro vermelho, etc.

Durante a primeira metade dos anos 40 abriu o café Recreio — o primeiro da localidade —, situado defronte do cinema. No fim do mesmo decénio, ou já em 1950, além da construção da sede para a Junta de Freguesia, já aludida, entrou em funcionamento, no Sobreiro, um serviço de camionagem ligado à CP designado como Bustos Central. Revelou-se muito útil dado que a estação ferroviária de Oliveira do Bairro distava 10 km. Anos depois encerrou, condenado pela força de nova legislação então introduzida (exigência do alvará de «aluguer» para os veículos utilizados na camionagem de ligação), tendo sido reactivado em 17/3/1962, no mesmo local.

Entretanto, a população bustuense, que, conforme dissemos, foi em 1930 a mais baixa de sempre (1 625 habitantes), cresceu em 1940,

atingindo os 2 212 habitantes, que, segundo o 8.º censo, viviam em 485 fogos.

Em 1950, a população crescera um pouco mais, atingindo o total de 2 269 habitantes, que viviam em 624 fogos, segundo indicação do 9.º censo.

O cemitério da localidade, construído em 1884, e com renome na região, tornava-se cada vez mais pequeno. Surgia a necessidade de a Junta de Freguesia o ampliar. Ou de o mudar para local diverso? As opiniões cruzaram-se no ar e fizeram barulho — um barulho que jamais se calou. Mas o velho cemitério manteve-se no mesmo sítio, alargando-se com o tempo, como se os Bustuenses porfiassem em conservar os seus defuntos perto, «dentro de portas».

bibRIA

Aos pontapés à bola

Outra das poucas e relativamente modestas iniciativas que animaram a terra durante as duas décadas de relativa «acalmia» resultou do prazer de uns andarem aos pontapés à bola e dos outros contemplarem os jogadores a avançarem para a baliza e nela fazerem golo...

Por volta de 1930, em Portugal, o desporto-rei ainda não se tornara majestático. Os jornais diários, à segunda-feira, nem sequer lhe abriam por norma as suas primeiras páginas, reservando pouco espaço em páginas interiores para o noticiário desportivo. E assim continuou a acontecer durante anos...

Mas em Bustos, naquela mesma época, apareceu gente a gostar de futebol em número suficiente para fundar e activar duas associações desportivas.

Ter equipamento (camisolas, calções, botas) e campo de jogos (um simples terreno lavrado, com seis paus a servir de balizas) eram então «luxos», e treinar durante a semana era coisa que nem chegava a passar pela cabeça dos futebolistas dominicais.

Ora, apesar de todas as dificuldades, existentes à época, fundaram-se na freguesia, no «período heróico», várias colectividades desportivas. A primeira, como todas as seguintes, dedicou-se à prática do futebol e surgiu logo por volta de 1928/30. Deveu-se sobretudo à iniciativa de bustuenses «adoptivos», isto é, nascidos fora. Eis o grupo pioneiro, conforme as indicações que foi possível colher: Álvaro Pato, Manuel, Fausto e Joaquim F. Tavares (pintores), António Pato, Adelino Neves, Mário Vieira, Manuel Simões (Miguel), José Valério, etc. Este agrupamento inicial adoptou o nome de Bustos Foot-Bool Club e filiou-se no Futebol Clube do Porto.

Alguns anos decorridos, surgiu o Futebol Club de Bustos, que se inscreveu na Associação Distrital de Futebol e foi dinamizado por Lino Reis após o seu regresso da América. A respectiva equipa integrava: Severiano Fontes, Acácio Baptista, Artur Fontes, António Almeida Pato, Evaristo Pinto, Inocêncio Caldeira, Rodolfo dos Reis, Manuel Simão, Agostinho Barroco, Mário Cruz, Augusto Barreiro, Mário Barreiro (Ruço), Américo Baptista,

Jaime Baptista, Armor Aires, Manuel Tavares da Silva, Aniano Martins e outros.

O Futebol Clube de Bustos chegou a existir simultaneamente com outra colectividade, o Clube de Futebol Os Azuis de Bustos.

Uma destas associações teve sede a funcionar num primeiro andar do prédio contíguo ao café Recreio, hoje inexistente. Numa parede, ostensivamente, um letrero avisava: «*É proibido discutir política ou religião*».

Um dos primeiros campos de jogos utilizados pelos Bustuenses situou-se na «ponta» do terreno da feira, no Sobreiro, lugar este onde o recinto quedaria até hoje.

Os dois grupos desportivos eram rivais encarniçados. Decerto por causa dessa rivalidade, Os Azuis de Bustos acabaram por se ver alcunhados de «Canecas» e os outros, do Futebol Clube de Bustos, de «Gavetas». A eles alude uma quadra que foi cantada na revista «Bustos em Cuecas» e que aparece citada de memória:

*«Canecas e Gavetas
fazem jogo limpinho;
cuidado com os Canecas
— estão cheios de vinho!»*

Mas, felizmente, era rivalidade sem ódio, antes cheia de bonomia, a que reinava entre os dois grupos de futebolistas amadores. Ambos disputavam eternos jogos amigáveis, viajando pouco, e sentiam falta de bons atletas. O caminho era a fusão.

Os «Canecas» e os «Gavetas» fundiram-se numa única associação, que ostenta o nome de União Desportiva de Bustos desde que foi fundada, em 20/10/1948.

A respectiva equipa tem vindo a disputar campeonatos distritais de segunda e primeira divisões, somando êxitos muito animadores.

Anos 60: aragem de progresso

Os anos 60 trouxeram aos Bustuenses uma aragem de progresso, que se fez sentir logo no fim de 1959 mas frutificou já em 1960, com diversas iniciativas marcantes.

Distinguiu-se, nesse aspecto, uma Comissão de Melhoramentos formada na altura por um escasso grupo de ardorosos bairristas. Essa Comissão de Melhoramentos, funcionando como mero «grupo de pressão», conseguiu desenvolver uma acção dinamizadora que deixou boa memória, apesar de não ter apoios nenhuns para além dos que lhe eram dados pelos seus próprios elementos.

Um dos primeiros actos públicos daquela Comissão, formada *ad hoc*, consistiu na homenagem promovida, em 18/2/1960, a Jacinto Simões dos Louros e dr. Manuel dos Santos Pato, então ainda vivos, o primeiro por se ter destacado no processo da desanexação de Mamarrosa e o segundo por se ter destacado na criação da paróquia na nova freguesia.

A Comissão de Melhoramentos, integrada pelos drs. Assis Francisco Rei e Jorge Nelson

Simões Micaelo, eng.º Manuel dos Santos Pato, o escriba destas linhas e outros elementos, bateu-se pela satisfação de numerosas carências da terra, nomeadamente por um colégio, uma biblioteca pública, um posto da GNR, um jornal, uma dependência bancária, a nova igreja, etc.

Um tanque-piscina de notáveis dimensões ficou aberta ao público, anexa ao café Central, de Rodolfo dos Reis.

Foi possível concretizar o projecto da biblioteca pública, a que meteu ombros a própria Comissão de Melhoramentos, abrindo uma Sala de Leitura em 18/2/1961.

O colégio «apareceu» no fim de 1961, com o nome de Externato de Gil Vicente; o posto da GNR começou a funcionar em 22/3/1964, embora fosse reclamado desde uns quinze anos antes; a nova igreja foi inaugurada em 8/12/1964...

Algo, enfim, se fez em poucos anos, após duas décadas de relativo adormecimento. Evidentemente, o jornal projectado ficou no limbo, sem autorização oficial (até ao 25 de Abril!), a dependência bancária demorou ainda um pouco mais, atrofiou-se a própria Comissão de Melhoramentos a partir de 1963... Mas os Bustuenses começaram a olhar de frente os seus problemas colectivos e a unir forças. Os resultados apareceram e viram-se. Perduram.

Vejamos agora cada uma dessas iniciativas mais de perto.

Abre Sala de Leitura

Um forasteiro acharia com certeza que era necessidade «inventada» essa de abrir em Bustos, há bons vinte anos, uma biblioteca pública, quando outras congêneres, localizadas em meios urbanos populosos, apareciam às moscas... Mas um forasteiro ignora o que sabia e pode testemunhar quem escreve estas linhas, por exemplo, que era vulgar a circulação, entre bustuenses, nos distantes anos 40 e 50, de livros de Ferreira de Castro, Junqueiro, Eça, Blasco Ibañez, Vitor Hugo, A. Dumas, etc.

Ora a biblioteca pública de Bustos foi inaugurada em 18/2/1961, portanto no 41.º aniversário da criação da freguesia, e não lhe faltaram leitores.

A referida biblioteca funcionou numa Sala de Leitura oferecida à terra pela Comissão de Melhoramentos e que esteve instalada inicialmente num prédio já inexistente, antes barbearia dos Luzios, na Rua 18 de Fevereiro, defronte da residência do dr. Jorge Micaelo. Aí ficou a funcionar, naquela data, uma Biblioteca Fixa da Fundação Gulbenkian, com bom recheio, ao qual se acrescentou a oferta de cerca de duzentos livros diversos, por um amigo de Bustos e da cultura, Albino de Seabra Coelho, de Lisboa.

A Sala de Leitura abria todos os dias, ao fim da tarde, durante cerca de duas horas, e os leitores podiam requisitar e levar para casa, gratuitamente, os livros que desejassem.

Após vinte anos de funcionamento regular, a biblioteca pública de Bustos afirma-se como

indesmentível necessidade social.. Na actualidade encontra-se instalada no antigo palacete do visconde, após sofrer vicissitudes diversas. Sempre constituiu um serviço não remunerado...

Igreja nova badalou em 1964

A igreja nova constituía uma velha necessidade paroquial. De facto, a capela, embora com os melhoramentos que a beneficiaram em 1941, não servia.

A população acabou por sentir o caso e atirou-se para a frente, seguindo os esforços do padre António Henriques Vidal e do seu antecessor na paróquia, padre João Baptista Simões.

Finalmente, os terrenos, tendo custado cerca de 260 contos, ficaram preparados e, em 9/8/1959, foi lançada a primeira pedra da obra, pelo bispo da diocese de Aveiro, D. Domingos da Apresentação Fernandes. Nos primeiros dia e mês de 1964, a igreja, em acabamentos, já permitiu que ali fosse rezada missa nova pelo bispo D. Manuel de Almeida Trindade. Por fim, a cerimónia da sagração ocorreu em 8 de Dezembro do mesmo ano, tendo sido também celebrada pelo bispo da diocese de Aveiro.

A construção do novo templo, *«erguido com a bênção de Deus e o suor do povo»*, custou cerca de 1 250 contos. Resultou do trabalho dos arq.^{os} António Carneiro e Naftali Sucena e do eng.^o Manuel dos Santos Pato — bustuense

radicado em Águeda, filho do dr. Manuel dos Santos Pato.

Pode albergar 600 pessoas sentadas ou 1 200 de pé e mais 300 no coro. Do templo anterior recebeu nomeadamente a imagem de S. Lourenço, padroeiro da freguesia. Anexa a residência paroquial.

A velha capela foi demolida após a inauguração da nova igreja, ficando o respectivo terreno devoluto desde então. Tratava-se de uma construção sem grande valor architectónico mas, como dissemos, muito antiga. A capela fora construída (ou reconstruída?) em 1739 e, em 1914, após a demolição do lembrado celeiro, contíguo, ficara dotada de torre e adro.

Não foi possível apurar nada sobre incertas referências a uma imagem da Senhora da Nazaré, ou Senhora da Cadeira, que teria existido na velha capela, e sobre uma versão, não menos incerta, referente a uma idosa lenda. Segundo nos constou, uma imagem de S. Lourenço que estava no altar da capela fora substituída em 1909 por outra, para ser colocada no nicho exterior existente sobre a verga da porta principal, onde de facto permaneceu muitos anos, até à demolição da capela e transferência, já bastante deteriorada, para a igreja nova. Ora a referida lenda pretendia que a imagem substituída no altar apareceu a seguir num lugar denominado Valinha Santo, pertencente à freguesia, porque *«o santo fugiu para lá»*.

Alguém saberá esclarecer esta peripécia?

Os anos 60 foram marcantes também por outros motivos mais vastos mas não menos reais. Assinalaram, de algum modo, o arranque de um processo de viragem na agricultura.

Torna-se difícil acertar o momento exacto da eclosão de uma tal viragem, que por outro lado abrange todo o mundo agrícola português (segundo variáveis cronologias, conforme as regiões). Mas afigura-se-nos razoável situar, convencionalmente, na década de 60, os primeiros efeitos visíveis das transformações que começaram a sacudir a vida nos campos tão profundamente que se pôde falar de «revolução silenciosa».

A expressão tem toda a propriedade porque, em 1960, no breve período de uma geração, digamos em vinte e cinco anos, no máximo, uma poderosa força «varreu» a terra, quase nada deixando ileso.

Foi, de facto, uma «revolução silenciosa», que alterou mentalidades, costumes, técnicas produtivas, equipamentos, etc., chegando a afectar a própria arquitectura tradicional das casas de lavoura bustuenses.

Eu diria — convencionadamente, repete-se — que foi a partir de 1960 que os agricultores locais acabaram por perder os últimos resquícios de mentalidade feudal¹ que neles ainda

¹ Haja em vista, por exemplo, o caso protagonizado pelo celeiro. Os feudos foram abolidos em 1832 mas os bustuenses e outros povos da zona continuaram a pagar as décimas, entregando parte das suas colheitas e não dinheiro.

persistiam, interiorizados pela força das repetições. Isso significaria que só nos anos 60 os agricultores locais, subjugados pelas forças da nova dinâmica criada, aderiram em cheio à lógica do capitalismo, mas premedito que a tese, polémica, obterá escasso consenso e por isso dou-a de barato.

Seja como for, é inegável que a lavoura entrou então em grave crise, depois de um período muito encorajador, inclusive em termos económicos, que terá começado depois de 1930. Graças a diversos factores, os agricultores bustuenses (e não só) viveram um período de expansão, relativamente quase «áureo», até 1960. O vinho, a batata e o milho eram as produções dominantes e não sobrava um palmo de terra inculto.

Os próprios índices populacionais da freguesia revelam alguma coisa, na medida em que registam um nítido crescimento na mesma época. Sabe-se que as lidas rurais requeriam abundante mão-de-obra e, assim, recorde-se que em 1930 foi notado o mais baixo nível (apenas 1 625 habitantes), total esse que em 1940 já «pulou» para 2 212, em 1950 «pulou» de novo para 2 269 e, em 1960, finalmente, assinalava 2 217 habitantes. Neste último ano, havia em Bustos 695 fogos.

A população consagrava-se intensamente à vida agrícola, apesar dos sectores industrial e comercial empregarem cada vez mais pessoas e continuarem a sair muitas mais pela porta da emigração, franqueada havia muitos anos por levas de bustuenses com os olhos postos nas Américas. Falou-se muito de êxodo

rural. Como se explicava, nesses termos, o crescimento populacional?

Os que partiam — para a emigração, para as cidades — eram em parte «substituídos» por naturais de outras terras que se fixavam na freguesia. Havia, ali, trabalho para todos e a população bustuense sempre se mostrou invulgarmente acolhedora. Já em 1981, notou-se a presença de 625 habitantes nascidos fora da freguesia e do seu concelho.

Sintomaticamente, no princípio dos anos 60, notou-se falta de casas para alugar e pediu-se a construção de um bairro com renda económica. Era um efeito do crescimento populacional, da necessidade de novos habitantes, muitos dos quais do exterior, se instalarem.

Também sintomaticamente, hoje é muito inferior a quantidade de pessoas que trabalham na agricultura local. Bustos tinha 833 fogos em 1981 mas 151 deles encontravam-se vazios, devido a ausências por emigração. É um outro efeito da «revolução silenciosa».

A agricultura, afectada em 1981 por grave crise, tinha que dispensar muitos dos braços que antes requeria. As transformações multiplicaram-se e encadearam-se umas nas outras, em torno de dois factores determinantes: a generalização do uso dos adubos químicos e o recurso à força motriz — símbolos daquela tremenda viragem.

A casa rural típica da terra, com a sua própria arquitectura adequada a um modelo de exploração, entrou em declínio. Era composta por amplo pátio, que por um lado dava acesso à adega (com lagares, prensa, tonéis) e pelo outro comunicava com a cozinha e parte

habitacional (quartos, sala). Por cima, o sobrado-celeiro. Na rectaguarda da casa, empo alpendre, currais de gado bovino e suíno, estrumeiras, medas, eira, aido...

A dispensa do gado bovino pelos motores e o recurso aos fertilizantes químicos condenaram ao desaparecimento os pátios, currais, estrumeiras, alpendres, medas de palha, cabanaís, etc., que caracterizavam a casa rural. Desapareceram também as atafonas, os próprios fornos domésticos de cozer pão, as lareiras, os engenhos de tirar água dos poços, as roças de mato, as carradas de junco da ria...

Antes, em tempos que ainda estão na nossa memória, uma casa rural tendia a não depender do abastecimento exterior, isto é, procurava produzir um pouco de tudo o que precisava, só vendendo eventuais excedentes. Era algo de feudal... Depois passou-se a produzir o que fosse mais rendoso no mercado, seguindo em direcção às culturas intensivas, e, com o dinheiro auferido, comprava-se o que fosse mister. Era o sistema de mercado — o capitalismo, enfim...

Mas com a «revolução silenciosa» surgiram outras dinâmicas sociais importantes. Os emigrantes bustuenses provavam amplamente, a quantos ficavam, que a agricultura era de facto «a pior maneira de empobrecer tristemente» e erguiam na terra vivendas exóticas, misturando também, no seu falar, expressões espanholas e inglesas.

Muitos pais, com alguns rendimentos, viram tudo isso e optaram por habilitar os filhos com estudos e cursos, na esperança de lhes evitarem as agruras de uma existência

ligada ao cultivo da terra. Aconteceu, assim, que muitos bustuenses recém-licenciados e outros jovens tiveram de começar a radicar-se longe do berço natal para exercerem as suas profissões e, com terrenos para administrar, precisaram naturalmente de quem deles cuidasse. No início dos anos 60, eram já numerosas as propriedades arrendadas por absentistas. Mas a solução foi efémera. Decorridos poucos anos, a terra produtiva não tinha em Bustos procura expressiva, valor.

O movimento seguinte ainda hoje vigora. Consiste na venda, pelos absentistas, das propriedades rústicas que herdaram. Só que os emigrantes, compradores, escasseiam...

Resta quem persiste em crer no valor futuro da terra-mãe. Ao que parece, a agricultura poderá tornar-se viável em grandes unidades produtivas, modernas, bem geridas e dotadas. Ora, num meio onde impera o regime do minifúndio, apenas se perspectiva, como ideia pura, uma eventual associação de agricultores no sentido de se poder constituir a unidade produtiva bem dimensionada, viável.

ABC: coragem a soletrar

Finalizamos estas notas dedicadas aos passos dados na via do desenvolvimento «saltando» dos anos 60 até aos nossos dias (início dos anos 80). Não omitimos coisa de monta pelo meio porque, afinal, não nos é dado vislumbrar no período dos últimos quinze anos,

progressos ou novidades assinaláveis dentro da freguesia.

Foi aberta a nova estrada da igreja até à Quinta Nova mas, só no fim dos anos 70 se abriu uma clareira de esperança na monotonia do ambiente. Algo começava a palpar.

De início foi uma simples ideia, ainda que notavelmente ambiciosa, que em 1/11/1979 ganhou forma numa reunião de bairristas em casa do dr. Jorge Micaelo, em Bustos.

Tratava-se de comprar o antigo palacete do visconde aos respectivos herdeiros, para ficar na posse do povo da freguesia e apenas com dinheiro saído da sua própria algibeira.

Assim nasceu a Associação de Beneficência e Cultura (ABC) de Bustos — uma sigla que ensina de novo a soletrar com coragem os problemas da terra. Foi fundada em 18/12/1981 e mais recentemente, declarada «de utilidade pública».

Os oito mil contos que a compra custou foram pagos integralmente com donativos espontâneos dos Bustuenses (residentes ou emigrados) e existia já dinheiro (dois mil contos) para proceder a obras de restauro, em curso nesta data, no edifício. Alardeando as potencialidades financeiras da população local, os animadores da iniciativa crêem que será possível angariar donativos até o total de vinte mil contos.

No palacete restaurado projecta-se instalar, além da biblioteca pública e da Casa do Povo, também um lar para a terceira idade, um centro de saúde, um infantário-creche...

Graças a um estudo muito paciente elaborado pelo dr. Mário Licínio Mota, da Póvoa, em fins de 1981, podemos valorizar este livrinho com a inclusão de alguns outros dados estatísticos indicadores das realidades actuais de Bustos. São referentes à população (idades, sexos, origem natal, escolaridade, profissão e situação socioeconómica) e aos fogos existentes.

Os dados daquele estudo requerem análise e enquadramento para melhor compenetração, mas não podemos avançar aqui deveras por esse caminho. Daria pano para mangas. Colhe-mos, pois, uma espécie de resumo dos dados principais obtidos, que nos permitirão, em breve relance, percorrer com o olhar os contornos da freguesia nos aspectos citados.

Bustos, naquela data (fins de 1981), contava 2 072 habitantes. Representa a cifra mais baixa conhecida nas últimas quatro décadas, embora a diferença oscile tão-só na escala das duas centenas.

Esses 2 072 habitantes pertenciam a 679 famílias, sendo 942 indivíduos do sexo masculino e 1 130 do feminino (respectivamente 45,5% e 54,5%). Distribuíam-se pelos nove lugares da freguesia do modo seguinte: Azurveira, 77 homens e 97 mulheres; Barreira, 91 e 100; Bustos, 127 e 150; Cabeço, 69 e 68; Coladas, 21 e 19; Picada, 54 e 66; Póvoa, 137 e 186; Quinta Nova, 49 e 59, e Sobreiro, 317 e 385 homens e mulheres, respectivamente.

A idade média dos homens elevava-se a mais de 35 anos (exactamente a 35,8) e a das mulheres atingia os 43,8 anos. Entre os primeiros, 80 contavam mais de 70 anos de idade e 4 tinham mais de 90 anos. Entre as segundas, 137 contavam mais de 70, surgindo 4 com mais de 90 e uma com mais de 95 anos de idade.

Conforme já apontámos neste livrinho, parte apreciável dos habitantes nasceu fora de Bustos e do seu concelho. Era constituída por 287 homens e 338 mulheres (total: 625 pessoas, numa população geral de 2 072 indivíduos), que se distribuíam de modo variável pelos lugares da freguesia e a escala etária habitual.

Outra parte significativa da população recenseada (201 habitantes: 99 homens e 102 mulheres) regressara das ex-colónias africanas portuguesas. Dessas pessoas, 91 exerciam actividade, 46 frequentavam a escola, 33 viviam a cargo de familiares e 31 viviam de pensão social.

Registou-se também a existência de 833 habitantes solteiros, 1 048 casados, 168 viúvos, 11 separados e 12 divorciados, dos dois sexos. Havia 137 viúvas, 5 separadas e 8 divorciadas.

Por outro lado, 72 habitantes eram mães solteiras (10%), cuja incidência crescia bastante a par das suas respectivas idades. Quer dizer, muitas mães solteiras tinham mais de 50 anos, contando-se apenas 12 com idades inferiores.

Quanto a escolaridade, não sabiam ler nem escrever 421 habitantes (79 homens e 342 mulheres), repetindo-se neste caso o fenómeno anterior: a incidência crescia sensivelmente a

par com a escala das idades. Frequentaram o ensino secundário 38 homens e 40 mulheres e o superior 9 homens e 3 mulheres.

Havia 303 estudantes entre a população.

A situação socioeconómica dos restantes moradores resume-se nestes termos: 370 viviam a cargo da família, 398 viviam de pensão e 1 001 exerciam uma actividade (48,3%). Destes activos, 597 habitantes (59,6%) trabalhavam por conta própria e 364 (36,4%) por conta de outrem. Havia 22 patrões e 18 familiares não remunerados. Onze trabalhadores tinham idades entre 10-15 anos e 38 contavam mais de 65 anos.

Do total, 580 pessoas (incluindo 364 mulheres) empregavam-se no sector primário, 250 (39 mulheres) no secundário e 171 (74 mulheres) no sector terciário. Isto é, *58% da população activa pertencia ao sector primário, 24,9% ao secundário e 17,1% ao terciário.*

Notava-se a existência activa nomeadamente de 3 agentes de viagens, 8 mulheres a dias, 10 empregados de café-restaurantes, 4 funcionários públicos, 17 professores, 2 advogados, 5 médicos, 1 procurador, 10 praças da GNR, uma esteticista, 1 padre, etc.

O total dos 2 072 habitantes ocupava 820 edifícios existentes na freguesia, com 833 fogos. Apenas 654 se encontravam habitados e 151 mostravam-se vazios, devido a ausências por emigração. Dos alojamentos vagos, só 28 se encontravam deteriorados; 33 (ou seja, 5%) não tinham electricidade.

Uns 60% dos alojamentos (ou fogos) não possuíam casa de banho e 265 (40,5%) só tinham retrete. Uns 169 fogos (25,8%) tinham

4 divisões e 190 (29%) eram ocupados por duas pessoas.

A construção dos edifícios existentes datava, em boa parte, dos últimos 35 anos (593 em 820), mas havia 115 edifícios anteriores a 1919.

bibRIA

MEMÓRIA DE ONTENS

Persiste a ideia de que o mundo aldeão será deveras imutável e fechado, avesso às novidades e às transformações. É uma ideia indefensável. Os bustuenses de hoje, nascidos por volta de 1930, estão em condições de se aperceberem disso mesmo. No seu breve horizonte temporal de uns quarenta anos ocorreram mutações extraordinárias.

O mundo aldeão não tem sido avesso às novidades e às transformações. Pelo contrário, abriu-se e alterou-se com espantosa rapidez e agilidade. Fomos testemunhas e actores de tudo isso e hoje apenas resta olhar para trás — não como mulheres de Loth, em risco de ficarmos imobilizados na figura bíblica de estátuas de sal, mas como quem indaga e se interroga — e começarmos a vasculhar na memória as formas ultrapassadas de vida que foram nossas.

É uma vida recente, feita de ontens, que só os caprichos da psicologia, em ligação com fortes evidências da realidade concreta, conseguem deslocar para longe, como se as coisas memorizadas pertencessem a outra vida, mais

idosa, que não a nossa. Mas as transformações ocorreram de facto no súbito clarão de trinta ou quarenta anos.

«No meu tempo»... — começam a contar-nos. É como se nos falassem de anos muito mais remotos. Mas temos de esfregar os olhos: quem no fala é gente de meia idade apenas... E fala-nos do que conheceu directamente, de como eram as coisas «no seu tempo»...

Usos e costumes

Há uns quarenta anos, ainda os falecimentos eram anunciados por um pregoeiro que percorria as ruas principais da freguesia, tocando uma campainha que levava na mão.

Nessa época, havia abundante gado bovino — importante força de trabalho — e funcionava uma «mútua», espécie de associação mutual popular que servia para distribuir equitativamente pelos lavradores o prejuízo sofrido por um deles, com qualquer rês. Nas portas dos respectivos currais viam-se muitas vezes feraduras pregadas e signos-saimão pintados.

Mantinha-se a tradição de ter em casa o borralho sempre aceso, o que se conseguia tapando com cinzas algumas das últimas brasas da fogueira antecedente. Quando o sistema falhava, por qualquer motivo, ia-se «pedir lume» a casa da vizinha. Por causa desta tradição, demorou algum tempo a generalizar-se o uso dos fósforos, comprados, numa primeira fase,

«para ter em casa», como precaução. Note-se o fundo mágico-religioso da tradição da «lareira sempre acesa», conhecida como é a ligação da pedra de altar dos templos com a pedra da lareira doméstica, ligação essa que vem da Antiguidade.

Outra tradição revelava idêntico fundo mágico-religioso: quando a mulher (sempre a mulher) acabava de amassar o pão, traçava na massa uma cruz com a mão direita, aberta, em pequenas pancadas de cutelo, enquanto proferia um exorcismo.

Todas as casas, salvo as extremamente pobres, tinham forno para cozer o pão e masseira, pás de forno, feixes de vides secas para queimar. Algumas mais prósperas possuíam atafonas privativas (à qual atrelavam uma rês), pelo que dispensavam os serviços do moleiro semanal. Quando a broa faltava em casa, no fim da semana, pediam-na emprestada à vizinha.

Abundavam as esteiras «de palha» (bunho), que serviam muitas vezes de colchão, inclusive na cama, e como coberturas por exemplo do grão de milho em fase de seca, durante noites húmidas ou ameaçadas de chuva.

Outro género de artesanato regional e local muito em uso era constituído por mantas de farrapos, tecidas com tiras de pano já sem outro préstimo e que se colocavam nas camas. Eram pesadonas e, no inverno, de pouco agasalho.

Grande número de usos e costumes, dos mais expressivos, apareciam ligados às fainas agrícolas, concentrando-se na época alegre das colheitas — o S. Miguel. As tradições ligadas

às vindimas, por exemplo, eram bastantes e variadas. Além da tradição da adiafa, que ainda se mantem hoje, para festejar o termo das vindimas, era costume enfeitar, pelo menos a última dorna cheia, com canas verdes e flores silvestres, acompanhando-a todo o rancho dos vindimadores até à adega com cantos e danças cheios de animação. Talvez aí houvesse alguma reminiscência báquica. Além disso, faziam-se grinaldas, no centro das quais figurava, pendurado, o derradeiro cacho de uvas vindimado naquele ano, escolhido entre os mais fartos e que depois ficava exposto no exterior da porta da adega, até ao ano seguinte, como um *ex-voto*.

Outra tradição consistia em escapelar as espigas de milho durante a noite, ao serão. Era divertido: apareciam encapuzados, geralmente jovens namoradores, que disfarçavam a voz, inventavam facécias e, aqui e ali, intriguavam...

A «serração da velha» era também ocasião festiva, anualmente, tal como a comemoração singela do «dia da espiga», um dos numerosos ritos de cariz agrário então vigentes.

Quando alguém se casava, era costume erguer um vistoso arco, ou pórtico, diante das moradias dos noivos. Ainda se vê isso feito nos dias que correm, mas tal costume também parece em vias de extinção, tal como o da matança do porco, no limiar do Inverno.

As crianças inventavam jogos porque não tinham acesso aos produtos da indústria dos brinquedos. Divertiam-se jogando o pião, a bilharda, as cinco pedrinhas, o arco e o papagaio, atirando com fisgas (ou fundas) e

«armas» improvisadas, etc. Por vezes eram vítimas ingênuas de jovens folgazões, que os «iniciavam», pregando-lhes partidas memoráveis com «caças aos gambozinos», nocturnas, e outras que tais.

Por ocasião do Carnaval, apareciam ranchos com cegadas. Eram verdadeiras exhibições de teatro popular, concebidas e representadas por contrerrâneos em plena rua, para quem quisesse assistir. Cantavam letras suas sobre músicas em voga, com críticas e «barretes» bem humorados para servirem em certas cabeças conhecidas. Chegavam ao ponto de imprimir essas letras em prospectos para que o povo da freguesia ficasse a conhecer bem as suas «modas».

Conservei dois impressos com letras de cegadas que bustuenses representaram em 1954 e posso transcrever deles alguns trechos irónicos, como amostra. Eis, de «Maravilhas da nossa terra», pelo rancho de Azurveira:

*«Na Azurveira das estradas
Regularmente alcatroadas
Para o trânsito a peão
Há quem não diga nada
Mas é varrido à enxada
Parte do seu alcatrão*

*Na Barreira das estradas
Como são enlameadas
E de boa inclinação
O alcatrão é agarradiço
E apanha logo no toutiço
Quem malhar as costas no chão*

Refrain

*Andava o povo descontente
Mas graças a Deus finalmente
Vai passar a trovoada
Em louvor de S. Mateus
A Avenida João de Deus
Vai ser arborizada
E da Avenida à Picada
Vão abrir uma estrada
Lá para o fim do Verão
E para ficar mais engraçada
Vai ser toda empedrada
Com bolinhas de sabão*

*Há mais duzentos metros de estrada
Que está um pouco arruinada
E por isso o povo chora
Mas não é de lastimar
Porque ainda se pode passar
À porta da Teodora».*

Nesta toada de crítica divertida, o rancho comentava a falta de um largo ou praça no centro de Bustos, nestes termos:

*«Venham a Bustos comigo
ao Salão Recreativo
Aos domingos e dias santos
Logo ali ao anoitecer
Venham todos comigo ver
tanta, tanto, tantas, tantos*

*Como já se não cabe no café
Nem as tabernas d'ali ao pé
Enche-se o Estrela Salão*

*Atravessa-se com jeitinho
A passo miudinho
Sem olhar para o balão».*

E eis, da «Marcha de apresentação» de um rancho do Sobreiro, também do Carnaval de 1954, este trecho:

*«Nesta marcha triunfal
Ao som das nossas cantigas
Lembremos o Carnaval
Rapazes e raparigas*

*Trazemos da nossa terra
Nossas alegres canções
E alegria que ela encerra
Estremece os corações*

*Nosso rancho do Sobreiro
Alegre e prazenteiro
Todo cheio de alegria
É de todos o primeiro
Tão garrido tão brejeiro
Neste dia de folia*

*A cantar e a bailar
Vivam todos em geral
A todos vimos saudar
Neste dia sem igual*

*A este rancho tão ridente
Nunca falta animação
É alegria da gente
E serve de distração».*

Menos divertidas eram as chamadas «noites de berra», que serviam para espalhar terríveis acusações ou fazer ajustes de contas. Alguém, bem protegido, postava-se a horas mortas em locais onde podia ser ouvido dentro de muitas casas, e clamava o que pretendia. Era habitual ouvirem-se tiros de intimidação nessas noites e, a seguir, registarem-se violências — mais ajustes de contas.

Quando o tempo seco se mostrava implacável, surgiam ladainhas pelas ruas a pedir chuva. A superstição abundava e as bruxas, tal como hoje, não tinham mãos a medir.

Registei há perto de trinta anos os dizeres de umas benzeduras (ou exorcismos) para esconjurar maleitas. A curiosidade aqui fica: «*Ovo desmanchado, encavalado / dedo torcido / eu te coso*» — dizia uma. E outra, também acompanhada com uns passes de mão, dizia: «*Carne desmanhada / ou fios torcidos / ou encavalados / eu te coso*».

Provérbios da boca

Os aldeões, absorvidos pelos monótonos trabalhos agrícolas, tendiam a falar pouco. Por isso explodia em ocasiões especiais a sua vontade de comunicação. Mas não esmorecia jamais o dom da sua linguagem. Pelo contrário. Quando os Bustuenses se exprimiam, manifestavam uma graça e uma ironia por vezes acerada, que denunciava neles profundos dotes de observação do mundo e da vida. E amiúde crepitavam

frases sentenciosas, que se repetiam logo noutros lábios ao modo de aforismos.

Eis alguns, como simples amostra. Quase toda a aforística a seguir coligida gravita em torno de temas dominantes — o alimento, o trabalho, etc. — e revelam um comentário bem humorado que uns fazem a outros, em variadas situações quotidianas. Por isso, repetidamente, começam pelo pronome «quem»...

«A um home(m) nunca falta trabalho e fome.

Manhã de nevoeiro, dia de calmeiro.

Quem come e não conta, anda no mundo sem honra.

Quem faz a manhã larga, encurta a tardada.

A quem não quer, há muito que dar.

Quem tem rabo não se assenta.

Quem tem remos é que vai para o mar.

Só fala quem tem que se lhe diga.

Antes que o mal cresça, corta-se-lhe a cabeça.

Quem não gosta, come menos.

Vinho azedo não se deixa parar quedo.

O que se diz não se escreve.

Ceaste vinho, almoçarás água.

Quem favorece não enriquece.

Não prometas a pobre nem devas a rico.

Quem arrota, fome enxota.

Quem tem boca e manda assoprar, é senhor ou quer mangar.

Quem muito dorme pouco aprende.

Alvitre: uma «salinha-museu»

Não resisto ao impulso de incluir nesta «memória de ontens» um simples alvitre. Falta em Bustos uma «salinha-museu», isto porque a falta de uma consciência colectiva autenticamente conservacionista, sendo bastante pior, parece insanável — e não vale a pena gastar cera com tal defunto.

Urge criar esse espaço para conservar as relíquias do passado da nossa terra, ou seja, as relíquias das nossas próprias vidas vividas em comum.

Não se pretende nenhuma obra de fachada, imponente e inútil, de qualquer modo inatingível, antes uma qualquer salinha, perfeitamente viável se quisermos, que possa conservar essas mesmas relíquias, salvas da perda pura e sem glória para ninguém.

Poderia arranjar-se esse espaço para guardar o património histórico-cultural de Bustos no palacete do visconde, que é fidedigno património do povo da terra, caso a ABC e a população apoiassem a iniciativa.

A colaboração de todos seria indispensável, até porque andam dispersas por muitas mãos, casas e povoações, as relíquias que importa conservar e dar a conhecer a eventuais interessados.

Penso que seria bom reunir nessa «salinha-museu» as colecções desejavelmente completas dos jornais regionais e da revista a que bustuenses ficaram ligados, bem como os livros que tenham publicado. Penso em inúmeras fotografias, por vezes muito antigas e raras,

que andam por aí aos trambolhões. E também em prospectos, por exemplo de cegadas, em documentos vários que falem do passado significativo da nossa terra. Penso em obras de artistas conterrâneos que fossem oferecidas à terra e em algo relativo à região da Bairrada...

Poderia ir mais longe e pensar, ainda, em recolher memórias (recorrendo inclusive ao gravador) de pessoas idosas que saibam, por exemplo, qualquer coisa sobre a antiga «feira da Vermelha», da data da construção da capela ou do celeiro, de tradições em extinção, etc. Seria óptimo, também, conservar espécimes antigos de vestuário (xailes, lenços, aventais, saias), alfaias agrícolas, instrumentos de cozinha, etc. Tudo isso está a desaparecer velozmente debaixo dos nossos olhos e amanhã nada já nos vai restar...

Mas, sem ir tão longe, insisto na simples «salinha-museu», onde, mesmo num desvão e com a máxima pobreza de meios, pudessem figurar as relíquias que já pertencem legitimamente à história de Bustos e, por isso, a todos nós.

Aqui fica o alvitre. Oxalá seja atendido!

bibRIA

APONTANDO NO MAPA

1. A freguesia de Bustos

A freguesia de Bustos forma no mapa um quadrado muito irregular sobretudo em dois dos seus lados, as linhas-limites que contornam os lugares de Quinta Nova e Sobreiro, até à Azurveira.

Torna-se difícil precisar o traço geral das suas «fronteiras» de modo indiscutível, pois as terras limítrofes são ermas ao longo de todo o perfil, excepto no lugar de Azurveira-Albergue (Palhaça), circunstância esta que dificulta a definição na memória dos habitantes. Por outro lado, encontramos-nos de momento privados de indicações administrativas fiáveis.

Apesar destas dificuldades, poderemos apontar o perfil da nossa terra no mapa, ainda que em termos, aqui e ali, por certo algo aproximados ou defeituosos. Temos diante dos olhos a carta corográfica de Portugal (na escala de 1: 50 000; parte 16-C, Vagos), elaborada pelo Instituto Geográfico e Cadastral

e publicada já em 1962. Admite-se, por isso, como natural, alguma desactualização.

A freguesia de Bustos é limitada por vários ribeiros no seu contorno. Pelo lado Nascente, face a Mamarrosa, surge no mapa a linha azul de um ribeiro que começa perto do terreno da feira, no Sobreiro, passa pela Carvalho e se une mais abaixo com outro ribeiro, proveniente do Portinho (Mamarrosa). Desaguam, unidos, num dos braços terminais do rio Boco, que passa a delimitar a freguesia, nitidamente, pelo lado Sudoeste, em grande extensão, para juzante.

Esta linha de água divide Bustos e o seu concelho das freguesias limítrofes pertencentes aos concelhos de Cantanhede, Mira e Aveiro. Mas o rio Boco também se tornou importante por outros motivos.

O referido mapa (editado em 1962, repete-se) assinala a existência da chamada fonte da Belguinha, cuja água é tão apreciada por bustuenses, e ainda regista arrozais num ponto mais adiante daquele braço do rio, aliás à semelhança de outros braços do mesmo rio e até às imediações da vila de Vagos. A população do lugar do Cabeço, em especial, esteve muito ligada àqueles arrozais, agora em desuso.

Entretanto, alguns habitantes dos mais idosos de Bustos evocam ainda um tempo distante em que o rio Boco «era navegável até à Malhada, por barcos moliceiros». Seria curioso indagar também qual a origem dos topónimos Portinho e Porto do Vouga sob idêntico ponto de vista. Actualmente, o rio encontra-se deveras assoreado, reduzindo-se na prática à simples categoria de ribeiro afluente. Mas para juzante

recebe os fluxos de mais quatro ribeiros (ou valas hidráulicas) bustuenses: dois que, em diferentes lugares, descem da Póvoa; um, bifurcado, que desce o Sobreiro e corre entre Bustos e Barreira; e o último, também extenso, que desce das imediações da Azurveira, passando pelo Barreirão.

Em seguida, a delimitação da freguesia que encontramos no mapa entre os lugares de Azurveira-Barreira e Ouca (Vagos) já não consiste numa linha de água e, a partir de lugar do Albergue (Palhaça), é a estrada do Azurveira-Areeiro que assinala o limite da freguesia de Bustos. A estrada nacional Palhaça-Sobreiro-Mamarrosa (n.º 335) também serve de «fronteira» até certo ponto, a partir do qual a linha delimitativa obliqua para Nascente até se encontrar de novo com o traço azul de outro ribeiro. Este passa um tanto a Norte do colégio (ou IPSB), cruzando a estrada Bustos-Oliveira do Bairro, e o mapa que referimos assinala aí a existência de arrozais, além de uma azenha. Aliás, na mesma época, haveria na freguesia mais três azenhas: uma no lugar de Bustos, outra no da Barreira e a última no próprio braço do rio Boco já descrito.

Eis, em poucos traços, a nossa freguesia observada no mapa.

2. A região da Bairrada

Miguel Ribeiro de Vasconcelos, numa «Notícia Histórica do Mosteiro da Vacariça», dizia que «a Bairrada se estende entre a Serra do Buçaco e o Mar». Retomando o dito, um dos poucos poetas ou escritores, em geral, que soube falar da sua região nativa em obras literárias, também cantou (reproduzo de memória): «A Bairrada estende-se / do Buçaco até o mar».

Aceitemos o dito como bom mas também com alguma reserva, pois surgem por vezes divergências nesta matéria e, por outro lado, a região da Gândara, com o seu diferente solo (dê areias pliocénicas), não pode incluir-se sem ofensa na mesma região.

Assim, a Bairrada abrange os concelhos de Águeda (em parte), Oliveira do Bairro, Anadia, Mealhada e Cantanhede (também só em parte: Bolho, Sepins, Murte de e Ourenã), de acordo, por exemplo, com as indicações de Amorim Girão no volume III do «Guia de Portugal». Forma uma espécie de quadrilátero, com cerca de 20 quilómetros de comprimento e 15 de largura, dotada de um microclima sensivelmente diferenciado.

Porém, a característica talvez mais marcante da região é de natureza geológica e justifica bem o nome de Bairrada. De facto, predomina aí o solo argiloso, que o mesmo é dizer, portanto, o barro. E assim se justificam também muitos topónimos da região: Oliveira do Bairro, Paredes do Bairro, S. Lourenço do Bairro, Ancas do Bairro, Vilarinho do Bairro,

Ventosa do Bairro e Ois do Bairro, bem como, dentro de Bustos, Barreira e Barreirão.

Os factores climático-geológicos explicam a propensão da Bairrada para a sua tradicional produção vinícola. Isso mereceu-lhe a criação formal de um estatuto de «região demarcada», para acautelar a sua especificidade vinhateira.

Entretanto, não está bem esclarecida a origem do topónimo da região. Amorim Girão refere «Bairrada» como terreno calcário-argiloso mediterrâneo (barrento), sabendo-se que os Romanos, detentores do vocábulo «argila» (*flectille*), recorreram ao tempo «barro».

Por seu turno, Gonçalves Viana propõe o étimo arábico *barr* (subúrbio rural), na linha de autores como Gama Barros, Sousa Viterbo, Leite de Vasconcelos e Joaquim da Silveira, que perfilham a tese de que o topónimo vem de «bairro» — área dependente de uma cidade. Neste sentido, a Bairrada teria sido originalmente um subúrbio externo ou um bairro rural, evidentemente da cidade mais próxima, Coimbra — distante uns bons quilómetros.

Outro autor, Batalha Reis, tentando esclarecer a origem do topónimo num diverso sentido, aventa o monossílabo celta *bar* - (interceptar, parar, obstruir, sinal de limite ou de fronteira).

Resta-nos a perplexidade e a confusão, tal como já aconteceu quando tentámos averiguar a origem do topónimo *Bustos*, pois nos falece de novo a erudição necessária para estabelecer doutrina em tão douto assunto.

Que se pronunciem os competentes. Nós, aqui chegados, calamo-nos. A língua pode ser de prata mas o silêncio é sempre de ouro...

ÍNDICE

Limiar	7
Passado histórico	9
Bustos: etimologias contraditórias	11
As primeiras certezas	15
Celeiro demolido deixou «vazio»	17
Passos do desenvolvimento	21
Desanexação de Mamarrosa	23
Anos 30: uma «explosão»	26
«Querida estação» dos CTT!	28
«Brasileiro» aposta no Cinema	32
Liberais criam associação	32
Jornais não faltaram	34
Um «sim» à instrução!	35
Feira lançou raízes	37
Visconde de Bustos	38
Cultura de sons	39
Vinte anos de «acalmia»	41
Aos pontapés à bola	43
Anos 60: aragem de progresso	46
Abre Sala de Leitura	48
Igreja nova badalou em 1964	49
Viragem na agricultura	51
ABC: coragem a soletrar	55
Relance à actualidade	57
Memória de ontens	61
Usos e costumes	62
Provérbios da boca	68
Alvitre: uma «salinha-museu»	70
Apontando no mapa	73
1. A freguesia de Bustos	73
2. A região da Bairrada	76

bibRIA

MUSEU PAROQUIAL
S. PEDRO - PALHAÇA

13 K

06 00028

ASSOCIAÇÃO DE BENEFICÊNCIA E CULTURA DE BUSTOS



Supõe-se que esta fotografia (muito velha, foi achada no palacete do visconde) mostra o antigo estabelecimento comercial do pai de António Duarte Sereno. Viria a desaparecer para dar lugar ao palacete



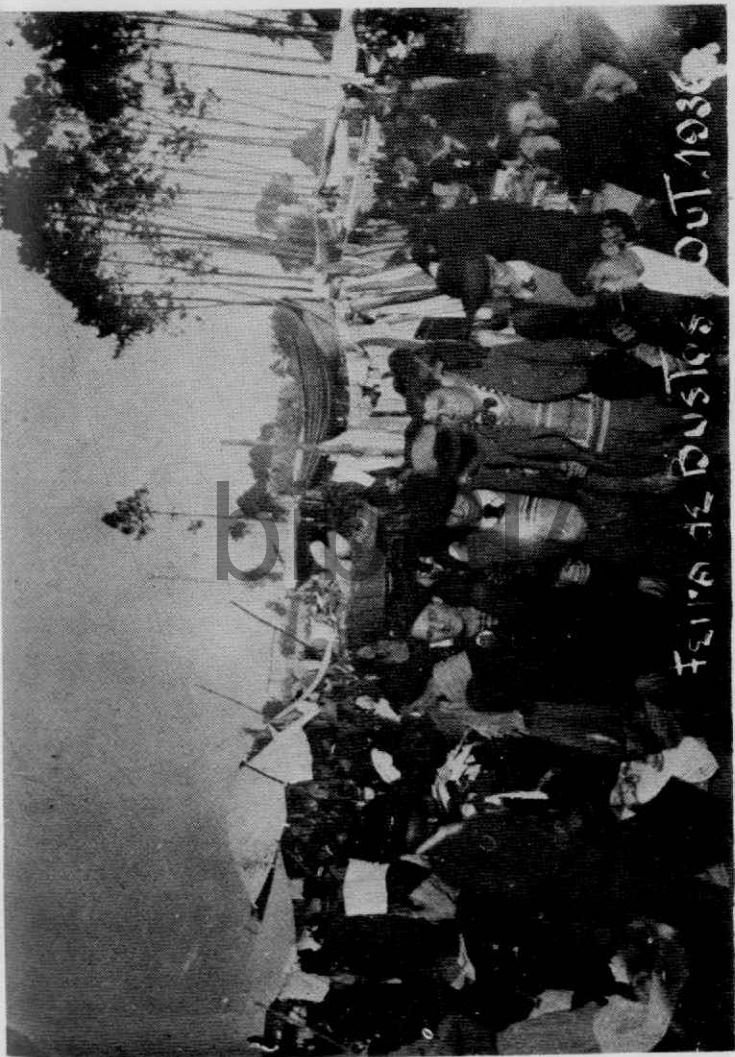
Outra foto raríssima também achada no palacete. Mostra o antigo celeiro de Bustos num dia de festa, em 27/8/1904. A banda toca no paí-anque, vêm-se canastras e vendeadeiras, mastros e bandeiras, etc.



Tudo indica que esta fotografia foi tirada aquando da «inauguração» do palacete do visconde. Admite-se que haja coincidência com o dia da festa no celeiro documentada na foto anterior.

bibRIA

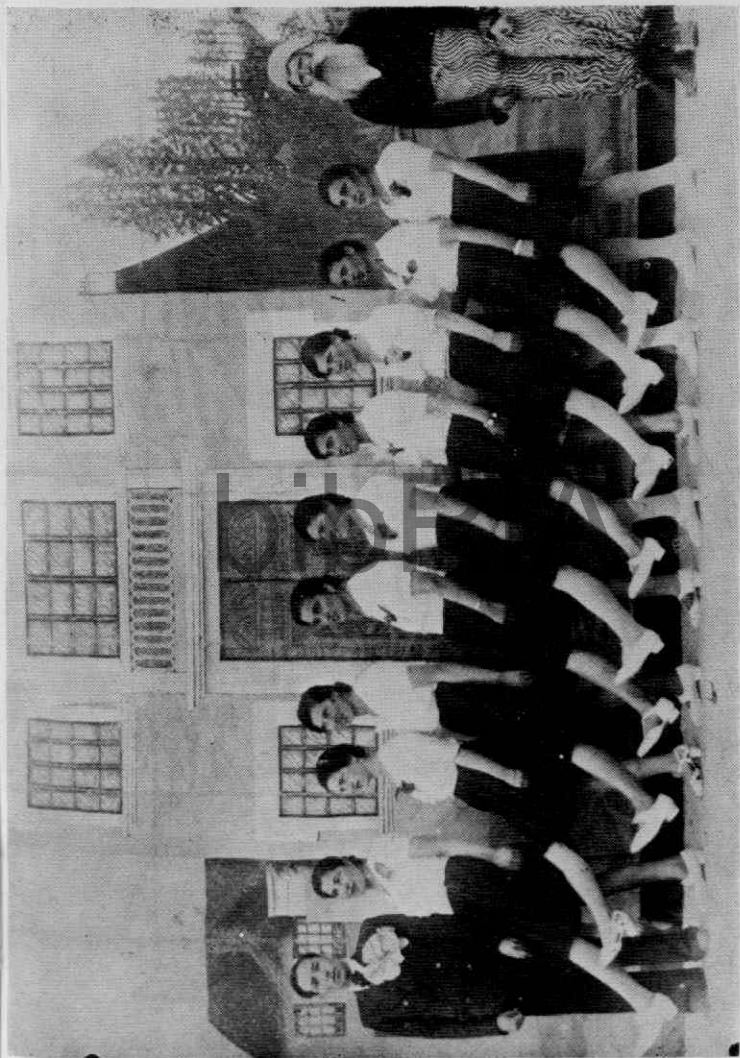
Outro aspecto do palácio e seu enquadramento no mesmo dia da presumível «inauguração». O local e o próprio piso da rua, em macadame, mantiveram este mesmo aspecto até meados dos anos trinta.



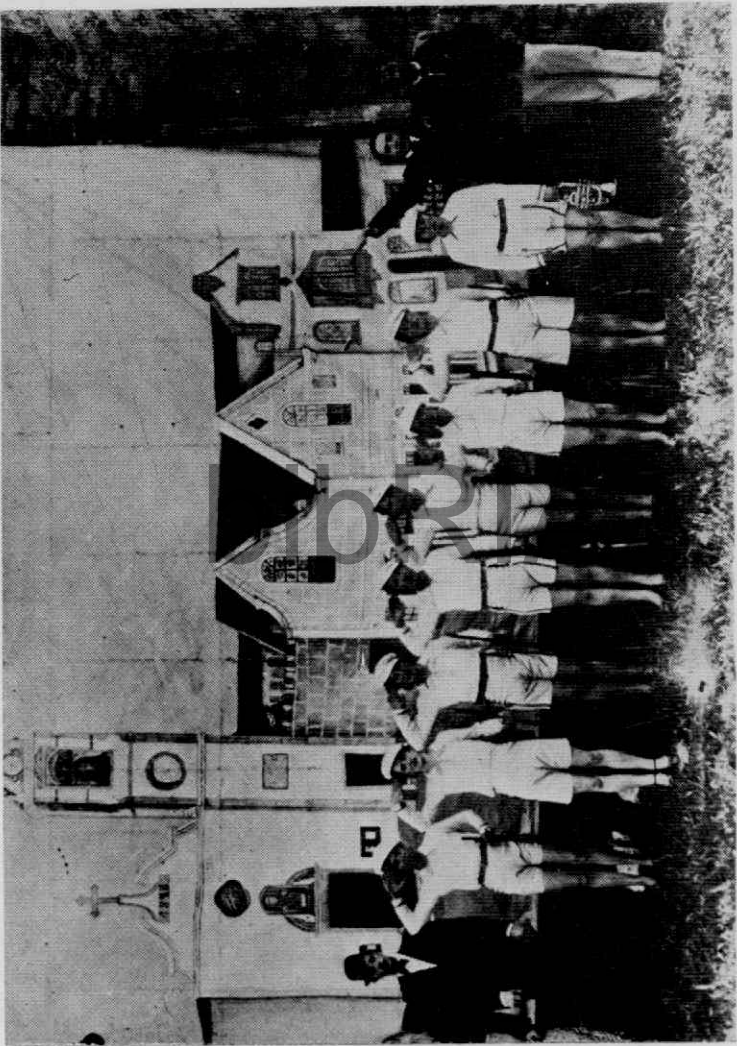
A feira de Bustos, criada oficialmente em 9/8/1936, aparece documentada nesta foto devida a Hilário Costa. Segundo a inscrição, foi tirada uns dois meses depois. Note-se o poste de alta tensão, ao fundo.



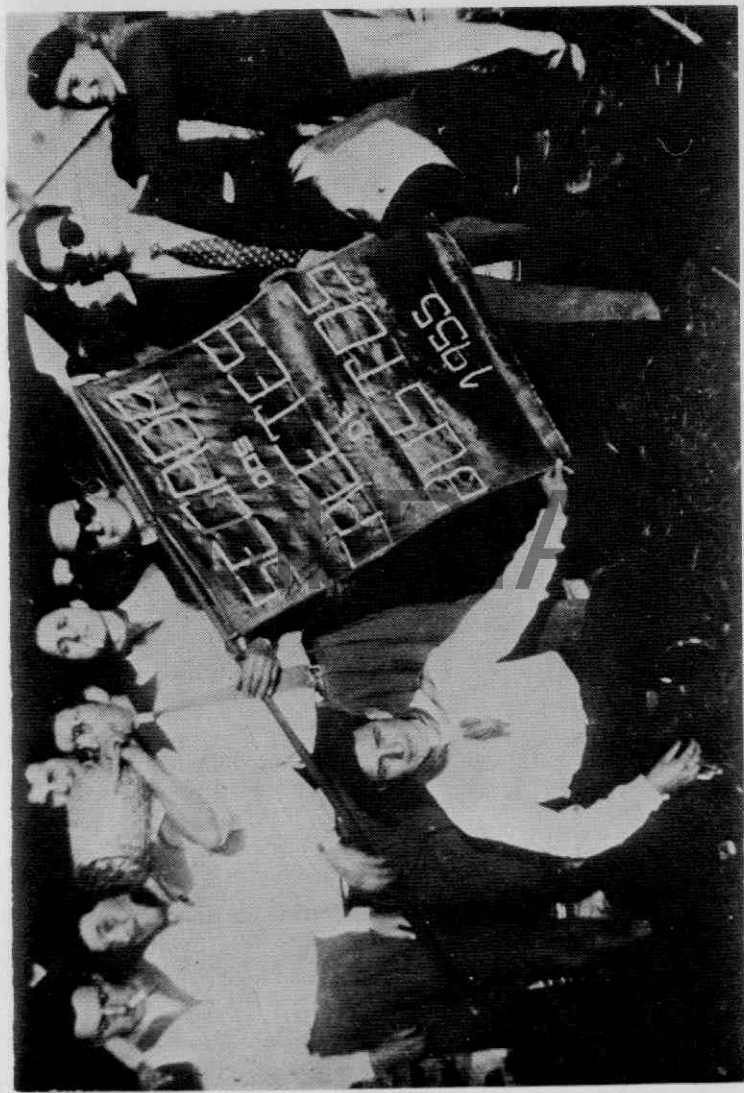
Bustos também possui tradições musicais. Tudo começou cerca de 1933, com uma tuna de 7 figuras. Depois surgiram diversas orquestras, como a «Floresta Jazz», de 1937. Hoje existe o conjunto «Amadeu Mota».



«Bustos em cuecas»: David Pessoa (ensaiador), Rosa Tarrafo, Erelia Silva, Célia dos Santos, Estrela Pessoa, Maria e Clarinda Mota, Lavinia Correia, Maria Aires Micaelo, Maria Rosa Tarrafo e outro.



O espectáculo «Bustos em cuecas» tinha cenários que infelizmente se perderam. Este reproduzia a velha igreja e proximidade. As belidades locais já ousavam destapar metade da coxa — uma ousadia em 1937!



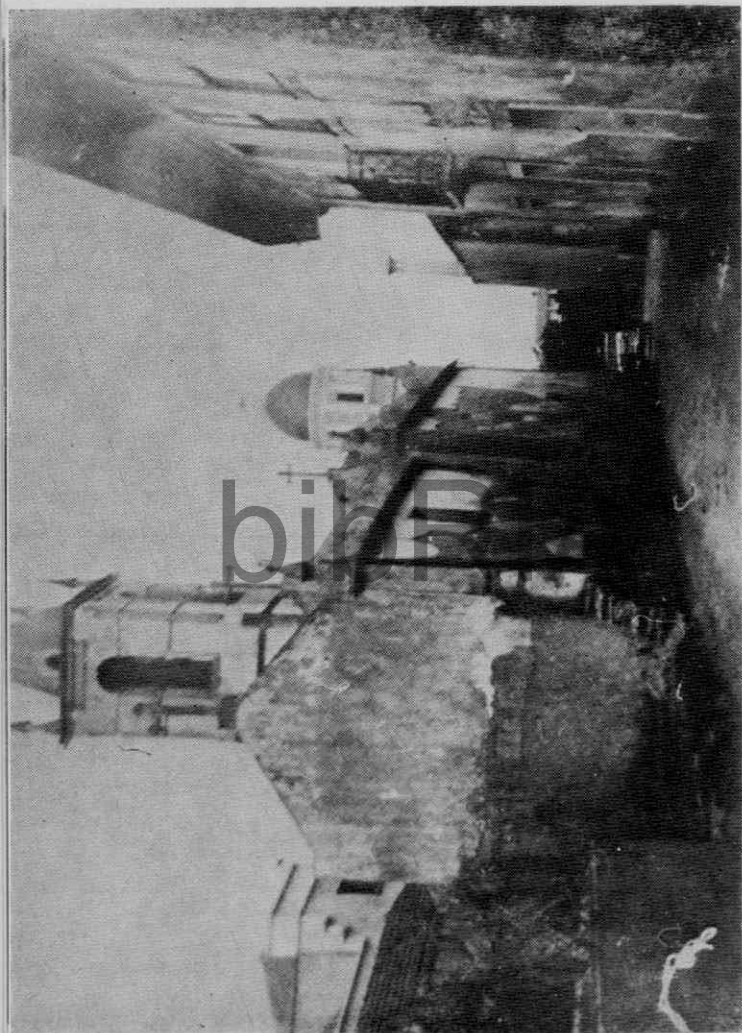
As cegadas que durante muitos anos se fizeram manifestamam o apego dos Bustuenses às formas do teatro popular. Aqui está um desses grupos, de 1955. Chegou ao capricho de ter bandeira e posar para retrato.



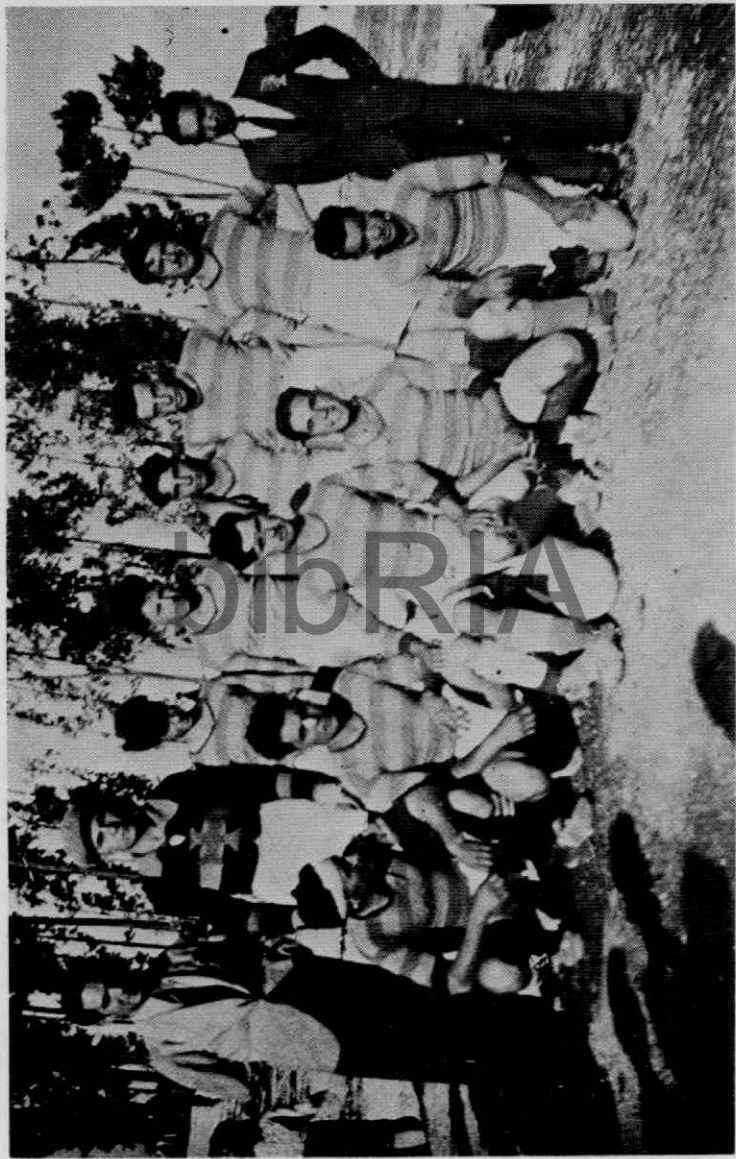
Nos últimos tempos apresentava-se assim o velho Centro Recreativo de Instrução e Beneficência. Várias gerações aprenderam ali a gostar de cinema e de teatro, estre infundáveis bailes dominicais «abrilhantados».



A velha igreja de Busto era pequena e acanhada. A sua demolição permitiu o aparecimento do primeiro largo — um espaço livre no qual pôde «respirar» finalmente o centro da localidade.



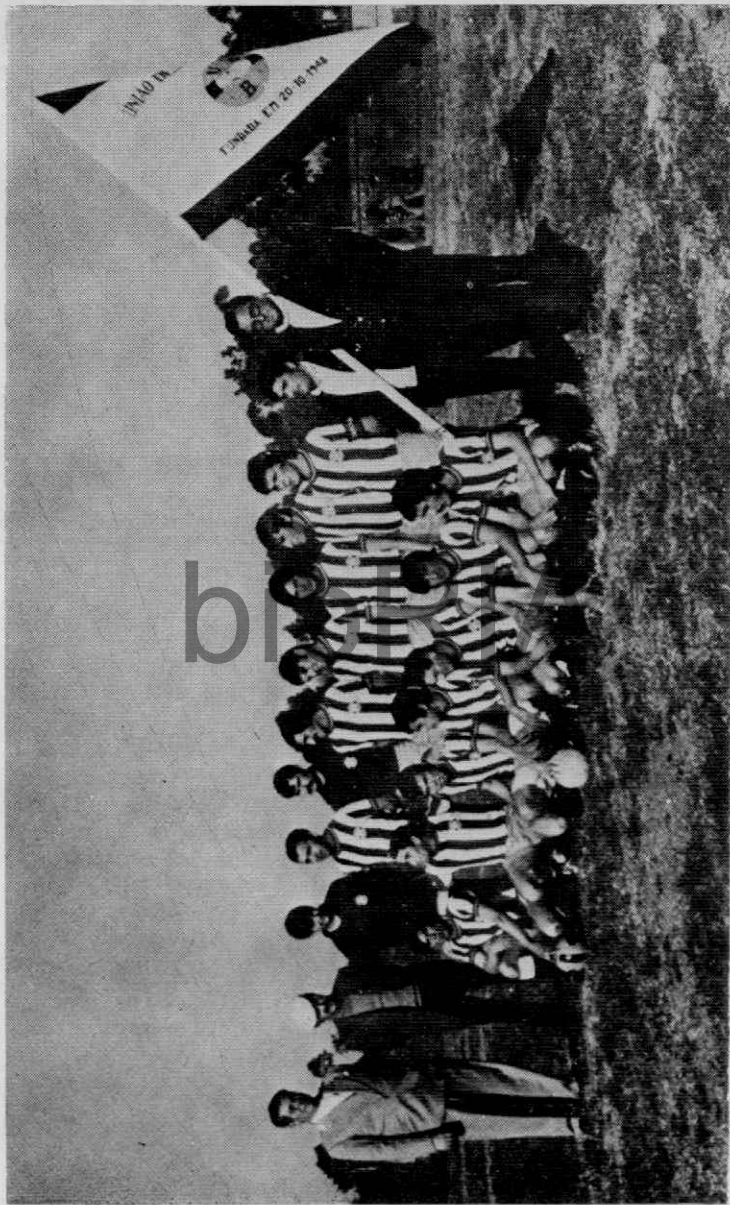
A velha igreja abria lateralmente para a rua do Cabeço. O antigo celeiro situava-se ao lado do templo e foi demolido em 1914 para que fosse erguida a torre sineira já hoje também inexistente.



A equipa do F. C. de Bustos (os «Leões»), dinamizada por Lino Rei no início dos anos 40, sucedera logo a outra, criada cerca de 1930. Na foto: 1.º à esq.ª, Virgílio Veiga; último, ajacelhado, Evaristo Pinto.



A equipa do FCB em 1943: Artur Fontes, Rodoifo dos Reis, Agostinho Barroco, Augusto Barreiro, Evaristo Pinto, Mário Simões Ferreira; Aniano Martins, Duarte Branco, Amadeu Mota, Manuel Tavares da Silva e Mário Barreiro.



Por volta de 1943 havia na terra duas colectividades desportivas: Clube de Futebol Os Azuis de Bustos e Futebol Clube de Bustos. Fundiram-se, dando origem à actual União Desportiva, fundada em 20/10/1948.

